



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2016

SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS

Dispõe sobre o concurso público para a outorga de delegação de serviços de notas e de registros, pelo Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O Desembargador **CLEONES CARVALHO CUNHA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, cumprindo o que determina o § 3º do artigo nº 236 da Constituição Federal, torna pública, para conhecimento de todos os interessados, a realização de Concurso Público destinado à outorga de delegação de serviços de notas e de registros, em serventias vagas no Estado, que se regerá pelas normas indicadas na Resolução nº 081, de 09 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça e suas alterações, pela Resolução nº 028, de 05 de maio de 2010, deste Tribunal de Justiça e suas alterações, pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas neste Edital.

1. DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO

- 1.1. A Comissão Organizadora do Concurso é composta pelo Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que a preside; pelas Juízas de Direito, Doutora Alice Prazeres Rodrigues e Doutora Ariane Mendes Castro Pinheiro; pelo Juiz de Direito, Doutor Nelson Ferreira Martins Filho; pela Representante do Ministério Público, Promotora Ana Teresa Silva de Freitas; pelo Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Maranhão, Doutor João Carlos Duboc Junior e pelos representantes dos titulares das Serventias Extrajudiciais, a Registradora Doutora Sônia Maria Bomfim Ericeira e o Tabelião Doutor Felipe Madruga Truccolo.
- 1.2. A Comissão Organizadora do Concurso tem como suplentes, o Desembargador Tyrone José da Silva; as Juízas de Direito, Doutora Lorena de Sales Rodrigues Brandão e Doutora Sara Fernanda Gama, o Juiz de Direito, Doutor José Ribamar d'Oliveira Costa Júnior; o Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Maranhão, Doutor Ted Anderson Correia Teixeira e pelos representantes dos titulares das Serventias Extrajudiciais, a Registradora Doutora Margarida Jesus Pinheiro e o Tabelião Doutor Fábio Salomão Lemos.
- 1.3. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESES, obedecidas às normas do presente edital, sob a supervisão da Comissão Organizadora do Concurso.
 - 1.3.1. Em relação ao concurso, são responsáveis pela entidade os professores Gilson Luiz Leal de Meireles, Marcello Bonelli e/ou Paulo Afonso de Meireles.
- 1.4. Os endereços para remessa ou entrega/protocolo de documentos ou requerimentos mencionados neste Edital, bem como para a realização de audiências são os seguintes:
 - a. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – Comissão Organizadora do Concurso Público do Concurso para Outorga de Serviços Notariais e Registrais – Praça D. Pedro II, s/n – Centro – 65010-905 São Luís (MA)
 - b. Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul – IESES - SC 401 – nº 8600 – Corporate Park – Bloco 06 – Sala 06 – Bairro Santo Antônio de Lisboa – 88050-001 Florianópolis (SC).
- 1.5. Em todas as referências aos horários neste Edital deve ser considerado como horário, o horário da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

2. DO OBJETO DO CONCURSO E DAS VAGAS

- 2.1. O Concurso Público destina-se à seleção dos interessados na outorga de delegação de serviços de notas e de registros, pelo Poder Judiciário do Estado do Maranhão, em serventias atualmente vagas.
- 2.2. As serventias vagas, em número de **91 (noventa e um)**, serão providas conforme segue:

Código de Opção	Provimento	Número de Serventias Vagas	Vagas Reservadas a PcD
6015	Por ingresso	61 (sessenta e um)	3 (três)
6104	Por remoção	30 (trinta)	2 (duas)

- 2.2.1. A relação das serventias vagas, com a indicação do critério de ingresso, consta do Anexo I a este Edital.
- 2.3. Ficam os interessados convocados para a Audiência Pública, a se realizar às 9 (nove) horas de **terça-feira, 30 de agosto de 2016**, no Plenário do Tribunal de Justiça, para definir, por sorteio, aquelas que serão reservadas a Pessoa com Deficiência - PcD, nos quantitativos indicados no item 2.2.
- 2.4. Os candidatos aprovados não poderão ser aproveitados em vagas que surgirem após a publicação deste Edital.
- 2.5. O pré-requisito necessário para este Concurso Público é o seguinte:
- para concorrer a vagas com provimento por remoção, poderão se inscrever os titulares de serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão, independentemente de entrância, que já detenham a delegação por mais de 2 (dois) anos, contados da data do efetivo exercício na atividade até a data da primeira publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão;
 - para concorrer a vagas com provimento por ingresso, poderão se inscrever: a) os candidatos que tenham concluído o curso superior de graduação em Direito, em instituição de ensino oficial ou devidamente reconhecida pelo MEC, até a data da outorga de delegação ou, b) os candidatos que tenham exercido por 10 (dez) anos completos, até a data da primeira publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão, função em serviço notarial ou de registro.
- 2.5.1. A comprovação do exercício de função em serviço notarial ou de registro será efetuada por certidão comprobatória do exercício do cargo durante 10 (dez) anos, no mínimo, firmada pela autoridade judiciária competente do respectivo Estado.
- 2.6. Somente poderão concorrer à remoção, candidatos titulares de Delegações do Estado do Maranhão.
- 2.7. É vedada a participação neste concurso público para provimento por remoção, de serventuários de serventias extrajudiciais que tenham sofrido condenação em processo administrativo, nos 5 (cinco) anos anteriores à data da primeira publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão.
- 2.8. Os serventuários extrajudiciais não receberão vencimentos ou qualquer tipo de remuneração dos poderes públicos estaduais.
- 2.9. Pelos atos praticados em decorrência das funções a eles atribuídas, os notários e os registradores têm direito, a título de remuneração, aos emolumentos fixados na Lei de Custas e Emolumentos do Estado do Maranhão e nas leis específicas em vigor, a serem pagos pelo interessado no ato do requerimento ou no da apresentação do título, bem como o ressarcimento por eventuais atos gratuitos praticados.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. São condições para a inscrição:
- ter nacionalidade brasileira;
 - encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
 - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
 - conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital.
- 3.2. Cada candidato poderá efetuar apenas 1(uma) inscrição neste Concurso Público para cada uma das modalidades de provimento.
- 3.3. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
- 3.4. O processo de Inscrição deste Concurso Público dar-se-á através da Internet, ocorrendo em 02 (duas) etapas distintas, devendo o candidato proceder conforme indicado nos itens que seguem.
- 3.4.1. A primeira parte do processo de Inscrição ao Concurso Público – Edital 001/2016 consiste em acessar o **site www.cartorio2016.tjma.ieses.org** ou o site **www.tjma.jus.br** apontando para “**INSCRIÇÕES ON LINE**” e, preencher a Ficha de Inscrição, no período de **segunda-feira, 5 de setembro de 2016 a sexta-feira, 7 de outubro de 2016**.
- 3.4.2. Após o devido preenchimento das informações solicitadas, os dados digitados serão apresentados em tela específica, acrescidos do requerimento de inscrição com o respectivo termo de conhecimento e aceite, todos de forma tácita e expressa, quanto aos termos deste Edital, formando a Ficha de Inscrição. Assim, o candidato declara, sob as penas da lei, atender às condições para inscrição, em especial quanto a estar quite com o Serviço Militar

- e com a Justiça Eleitoral e que as informações prestadas nesta mesma Ficha Eletrônica correspondem à verdade, selecionando, para tanto, o ícone “Concordo”.
- 3.4.3. A segunda parte do processo de inscrição ao Concurso Público – Edital 001/2016 consiste em imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até **sexta-feira, 7 de outubro de 2016**, exceto se isento do pagamento nos termos do item 3.5 e seus subitens.
- 3.4.3.1. Estará disponível para impressão, durante o período de inscrição, segunda via do boleto bancário.
- 3.4.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento para o último dia útil anterior à data limite estabelecida no item 3.4.3 deste Edital.
- 3.5. Os candidatos que atendam às condições do §1º do Decreto Federal 6.593, de 02.10.2008, deverão efetuar sua inscrição nos termos do item 3.4.1, imprimindo o respectivo boleto bancário, não efetuar seu pagamento e entregar a seguinte documentação para a obtenção da isenção da taxa de inscrição:
- a. Cópia do Boleto bancário impresso;
- b. Indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico;
- c. Declaração de que atende à condição de família de baixa renda, estabelecida pelo item II do Art. 4º do Decreto Federal 6.135, de 26.06.2007, conforme modelo apresentado no Anexo II a este edital.
- 3.5.1. Os documentos estabelecidos no item 3.5 deverão ser encaminhados via SEDEX para o IESES – Concurso TJMA Cartório – Edital 001/2016, com postagem até **sexta-feira, 9 de setembro de 2016**.
- 3.5.2. A critério do interessado, os documentos estabelecidos no item 3.5 poderão ser entregues pessoalmente no Protocolo da sede do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no horário de atendimento externo, respeitado o prazo limite do item 3.5.1, encaminhados à Secretaria da Comissão de Concurso do Tribunal.
- 3.5.3. O resultado da análise dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será divulgado até as 18 horas de **terça-feira, 20 de setembro de 2016**, pela internet, nos endereços eletrônicos indicados no item 3.4.1.
- 3.5.4. Os candidatos cujos pedidos de isenção não tiverem sido deferidos, deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição a partir do boleto bancário, até o prazo estabelecido no item 3.4.3.
- 3.5.5. As informações prestadas na Declaração de Hipossuficiência Financeira serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este a qualquer momento ser eliminado do concurso e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.
- 3.5.6. O simples envio ou entrega da documentação não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação por parte do IESES, por delegação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
- 3.5.7. O envio da documentação exigida no subitem 3.5 será de responsabilidade exclusiva do candidato. O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e o IESES não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada/entrega da referida documentação.
- 3.5.8. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição via fax ou via correio eletrônico.
- 3.5.9. Será desconsiderado o pedido de isenção de pagamento de taxa de inscrição do candidato que:
- a. omitir informações e/ou prestá-las inverídicas;
- b. fraudar e/ou falsificar documentos;
- c. pleitear a isenção sem apresentar cópia dos documentos indicados neste Edital.
- 3.5.10. Em sendo efetuado o pagamento do boleto bancário pelo candidato, não serão aceitos pedidos de restituição do valor da taxa de inscrição, por pedido de isenção.
- 3.6. No preenchimento da Ficha de Inscrição, são campos obrigatórios:
- a. Número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda, válido e em nome do candidato;
- b. Nome do Candidato;
- c. Data de nascimento;
- d. Código da opção (ingresso ou remoção);
- e. Cédula de identidade;
- f. Endereço residencial ou endereço eletrônico (e-mail).
- 3.7. O inteiro teor do Edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão e estará disponível nos endereços eletrônicos citados no subitem 3.4.1, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção e a leitura desse documento.

- 3.8. São de responsabilidade exclusiva do candidato inscrito, os dados cadastrais informados no ato de inscrição.
- 3.8.1. O Processo de Inscrição somente se completa com o atendimento às condições de inscrição, com o preenchimento dos campos obrigatórios da Ficha de Inscrição e com o pagamento do respectivo valor da Taxa de Inscrição até a data limite indicada no item 3.4.3 ou o deferimento do pedido de isenção.
- 3.8.2. Havendo mais de 1 (uma) inscrição em desacordo com o item 3.2, identificado o candidato pelo nome e/ou respectivo CPF, será considerada apenas a inscrição mais recente, considerando-se canceladas as demais inscrições.
- 3.9. Serão indeferidas as inscrições dos candidatos que, tendo efetuado o pagamento da respectiva Taxa de Inscrição ou tendo deferido seu pedido de isenção:
- não atenderem às condições do item 3.1;
 - preencherem a respectiva Ficha de Inscrição sem completar corretamente todos os campos obrigatórios previstos no item 3.6.
- 3.10. O IESES não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, se estes não forem ocasionados pelo próprio IESES.
- 3.11. São considerados desistentes os candidatos que:
- tenham realizado sua inscrição preenchendo a Ficha Eletrônica de Inscrição sem, todavia, efetuar o pagamento da respectiva taxa de inscrição, nos termos do item 3.4.3 ou;
 - tenham realizado sua inscrição preenchendo a Ficha Eletrônica de Inscrição e não tenham tido deferido seu pedido de isenção da Taxa de Inscrição.
- 3.12. A Ficha de Inscrição e o pagamento da respectiva taxa ou a isenção da mesma são pessoais e intransferíveis, pelo que, uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato exceto correção de grafia ou quanto ao código da opção escolhida.
- 3.13. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser feito em moeda nacional corrente (dinheiro).
- 3.14. A taxa de Inscrição, uma vez paga, não será restituída.
- 3.15. O recibo de pagamento do boleto bancário, para os não isentos do pagamento da taxa de inscrição, será o comprovante de sua inscrição no concurso, não sendo considerado para esse fim, o simples comprovante de agendamento.
- 3.16. Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada.

4. DAS VAGAS RESERVADAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD

- 4.1. Serão reservadas vagas à Pessoa com Deficiência - PcD, na proporção de 5% (cinco por cento) do total das vagas previstas, resultando nos quantitativos de vagas indicados no item 2.2 deste Edital.
- 4.1.1. Consideram-se Pessoas com Deficiência - PcD aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989 e suas alterações e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, de 22 de abril de 2009.
- 4.2. O candidato, Pessoa com Deficiência – PcD, deverá encaminhar à Comissão Organizadora do Concurso, via SEDEX para IESES – Concurso TJMA Cartório – Edital 001/2016, com postagem no período de inscrições:
- cópia do boleto bancário da taxa de inscrição;
 - requerimento de enquadramento para concorrer à vaga reservada à Pessoa com Deficiência - PcD e seu número de inscrição;
 - laudo Médico, original, expedido após 01 de maio de 2016, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, com indicação do nome do médico e seu registro no CRM.
- 4.2.1. O fornecimento do laudo médico original é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Tribunal de Justiça e o IESES não se responsabilizam por qualquer tipo de óbice que impeça a chegada do laudo a seu destino.
- 4.2.2. A critério do interessado, os documentos estabelecidos no item 4.2 poderão ser entregues no Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, no horário de expediente externo, respeitado os prazos indicados no item 4.2.
- 4.2.3. O não encaminhamento de todos os documentos previstos no item 4.2 implicará no indeferimento da condição preliminar de Pessoa com Deficiência – PcD.

- 4.3. O candidato que apresentar requerimento nos termos do item 4.2 e tiver preliminarmente deferida esta condição, submeter-se-á, quando convocado, a exame médico oficial ou credenciado pelo Tribunal de Justiça, que terá decisão final administrativa sobre a qualificação do candidato como Pessoa com Deficiência ou não.
- 4.3.1. Somente será objeto da convocação a que se refere o item 4.3, o candidato aprovado na prova escrita e prática.
- 4.3.2. A convocação a que se refere o item 4.3 será disponibilizada na internet, nos endereços eletrônicos indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 23 de maio de 2017**, indicando os locais, dias e horários dos exames médicos dos candidatos, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação ao primeiro dia de exames.
- 4.3.3. Não haverá, em qualquer hipótese, realização de exames fora da data, horário e local marcados para todos os candidatos, na respectiva convocação.
- 4.4. Será considerada como inscrição normal, a inscrição do candidato que requerer a condição de Pessoa com Deficiência – PcD e:
- a. deixar de atender, em seus exatos termos, o disposto nos itens 4.2 e 4.3 e seus subitens deste Edital ou não conste da relação mencionada no item 4.3.2 ou;
- b. que não for qualificado como Pessoa com Deficiência – PcD no exame médico estabelecido no item 4.3.
- 4.4.1. O candidato cuja inscrição for considerada normal nos termos do item 4.4 restará eliminado do concurso, caso não satisfaça as condições de aprovação e de convocação dos demais candidatos nesta condição para as etapas anteriores.
- 4.5. O candidato, Pessoa com Deficiência – PcD, por ocasião da escolha de vagas, deverá optar pela classificação geral ou pela classificação específica para vagas reservadas.
- 4.5.1. Ao efetuar a escolha de uma serventia vaga a partir de uma das classificações indicadas no item anterior (4.5) estará, automaticamente, declinando e desistindo da escolha a partir da outra classificação.
- 4.5.2. Os candidatos, Pessoas com Deficiência - PcD, aprovados e classificados, que excederem às vagas a eles reservadas, serão convocados para efeito de escolha, segundo a ordem geral de classificação, no respectivo critério de ingresso.
- 4.6. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas à Pessoa com Deficiência - PcD, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos aprovados e classificados.
- 4.7. O requerimento a que se refere o item 4.2.b não se constitui solicitação de condições especiais para realização de provas. O candidato, Pessoa com Deficiência – PcD, que necessitar de condições especiais de prova deverá apresentar requerimento específico para tanto, nos termos do item 6.2 deste Edital.

5. DA CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E LOCAL DA PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

- 5.1. Será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão, ato indicando os candidatos cuja inscrição foi deferida, até a data limite de **sexta-feira, 21 de outubro de 2016**.
- 5.2. Até a mesma data, será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão, ato indicando o número do CPF dos candidatos cuja inscrição foi indeferida e as razões do indeferimento ou na falta deste, número da cédula de identidade e/ou número de inscrição.
- 5.3. A confirmação da inscrição deferida se fará, complementarmente, por documento onde estarão indicados os dados do candidato e o local em que o mesmo fará a prova objetiva de seleção.
- 5.3.1. O Documento de Confirmação de Inscrição será remetido ao e-mail que o candidato indicar na Ficha de Inscrição, ou na ausência deste, ao endereço residencial.
- 5.3.2. Havendo incorreção ou dados incompletos do(s) endereço(s) que o candidato indicar, o Documento não será remetido, devendo o candidato retirá-lo conforme o item 5.4 deste Edital.
- 5.4. Os candidatos que não tiverem recebido o Documento de Confirmação de Inscrição deverão retirá-lo através da internet, nos endereços eletrônicos indicados no item 3.4.1, a partir das 18 (dezoito) horas de **quinta-feira, 17 de novembro de 2016**.
- 5.5. O candidato é responsável pela conferência do Documento de Confirmação de Inscrição que receber.
- 5.5.1. Em caso de ocorrência de divergência do Documento de Confirmação de Inscrição, o candidato deverá solicitar a correção ao IESES, através do endereço eletrônico correcao@ieses.org fazendo menção expressa a este Concurso Público.
- 5.5.2. Será indeferido qualquer pedido relativo ao item anterior (5.5.1), quando o mesmo se constituir em alteração das condições expressas na Ficha de Inscrição, nos termos do item 3.12 deste Edital.

6. DAS PROVAS

- 6.1. O Concurso Público será efetuado mediante aplicação de provas objetiva de seleção, discursiva – escrita e prática, oral e de títulos, em que serão avaliados os conhecimentos e/ou habilidades técnicas dos candidatos sobre as matérias relacionadas ao cargo de Notário e Oficial de Registro, cujas provas e respectivos programas fazem parte do Anexo IV deste Edital.
 - 6.1.1. Todos os programas, objetos das provas, constam do Anexo IV do presente Edital.
 - 6.1.2. A prova objetiva de seleção será distinta para cada modalidade de provimento, ou seja, concurso de provimento por ingresso ou concurso de provimento por remoção, desde que haja(m) candidato(s) com duas inscrições, ou seja, inscrito(s) nas duas modalidades.
 - 6.1.3. Os candidatos a vagas para provimento por ingresso e por remoção (duas inscrições) realizarão prova única nas seguintes avaliações – prova discursiva – escrita e prática e, prova oral; tendo avaliados seus títulos na Prova de Títulos, especificamente para o concurso de provimento por ingresso e para o concurso de provimento por remoção.
- 6.2. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização de provas, Pessoa com Deficiência - PcD ou não, deverão encaminhar via SEDEX/ECT, requerimento formal ao IESES, conforme modelo apresentado no Anexo III, com postagem até **sexta-feira, 7 de outubro de 2016**, indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas, acompanhado da cópia do boleto bancário.
 - 6.2.1. A critério do interessado, os documentos estabelecidos no item 6.2 poderão ser entregues no Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, respeitado o prazo limite indicado no item 6.2.
 - 6.2.2. O candidato que não atender ao disposto nos itens 6.2 e/ou 6.2.1 até a data limite estabelecida, não terá a condição especial de prova disponibilizada.
 - 6.2.3. Em função das tarefas a serem executadas nas serventias, não serão admitidos pedidos para “leitura de prova” por fiscal ou terceiros.
 - 6.2.4. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo, desde que requeira nos termos do item 6.2, estando ciente que não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da mesma.
 - 6.2.4.1. A criança deverá estar acompanhada somente de um adulto, responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), sendo a permanência e o respectivo local autorizados pela Coordenação Local de Aplicação de Prova.
 - 6.2.5. A decisão dos requerimentos previstos no item 6.2 caberá ao IESES. O atendimento ao solicitado dependerá da possibilidade de operacionalização pelo IESES, observada a legislação específica, bem como a viabilidade e razoabilidade do pedido.
 - 6.2.6. O requerimento a que se refere o item 6.2 não se constitui no requerimento previsto no item 4.2 (vagas reservadas a PcD), nem com ele guarda qualquer relação.
- 6.3. O candidato que requerer condição especial de prova nos termos do item 6.2, participará do concurso em igualdade de condições com os demais, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, ao horário e à aplicação das provas.
 - 6.3.1. O candidato que necessitar de tempo adicional para realização das provas, deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, encaminhando tal justificativa juntamente com o requerimento indicado no item 6.2 (§ 2º do art. 40 do Dec. Fed. 3.298/99).
- 6.4. Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar original da cédula de Identidade ou da Carteira expedida por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação (OAB, CORECON, CRA, CREA, etc.) ou da Carteira Nacional de Habilitação com foto.
 - 6.4.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.
 - 6.4.2. Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos (como crachás, identidade funcional, título de eleitor, carteira nacional de habilitação sem fotografia, etc.), diferentes dos estabelecidos no item 6.4, ou mesmo Carteira Funcional que não possua validade como documento de identidade.
- 6.5. Os candidatos deverão apresentar-se para a realização de quaisquer das provas do presente certame convenientemente trajados, sendo vedada a utilização de trajes de banho, bonés, chapéus, gorros e similares.
- 6.6. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início das mesmas. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o fechamento dos portões, exceto se já estiverem no interior do local de realização da prova e forem devidamente autorizados pela Coordenação Local de Aplicação de Provas.
- 6.7. Todas as provas serão realizadas na cidade de São Luís (MA), exceto a Prova de Títulos.
 - 6.7.1. O IESES reserva-se no direito de, na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, com a devida aprovação do Tribunal de Justiça, realizar as provas objetivas de seleção em outros Municípios próximos ao indicado no item 6.7.

- 6.8. Para a realização da prova objetiva de seleção e da prova discursiva – escrita e prática, os candidatos deverão dispor de caneta esferográfica com tinta de cor preta ou azul, fabricada em material transparente.
- 6.8.1. Os cartões de resposta da prova objetiva de seleção e as folhas de resposta da prova discursiva – escrita e prática só poderão ser assinaladas e preenchidas pelos próprios candidatos, sendo vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros.
- 6.9. O IESES, visando preservar a veracidade e autenticidade do processo seletivo, procederá, no momento da aplicação das provas e outras atividades do concurso, a autenticação digital dos cartões de resposta, das folhas de resposta personalizadas ou de outros documentos pertinentes.
- 6.10. No dia de realização das provas não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer na sala de provas com aparelhos eletrônicos (telefones celulares, pagers, walkman, agenda eletrônica, notebook, handheld, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular, relógios com qualquer uma das funções anteriormente citadas, computador de qualquer tipo, etc.) ou armas de qualquer tipo.
- 6.10.1. Caso o candidato esteja portando algum dos aparelhos/equipamentos citados no item 6.10, exceto armas, este deverá ser acondicionado em invólucro distribuído pelos fiscais de sala, antes do início das provas e somente poderão ser removidos do invólucro e da sala, após a saída definitiva do candidato da sala de provas.
- 6.10.2. Caso o candidato esteja portando alguma arma, esta deverá ser entregue na sala da Coordenação Local de Aplicação de Provas e retirada após a conclusão da mesma.
- 6.10.3. O descumprimento dos itens 6.10, 6.10.1 e/ou 6.10.2 implicará na eliminação sumária do candidato, constituindo-se em tentativa de fraude.
- 6.11. O sigilo quanto à identidade dos candidatos será assegurado em todas as provas escritas (objetiva de seleção e escrita e prática), anulando-se a prova que contiver sinais ou expressões que possibilitem a sua identificação.
- 6.11.1. O candidato que tiver sua prova anulada será eliminado do processo, sendo excluído do concurso.
- 6.12. Os fiscais de aplicação de prova escolherão 3 (três) candidatos da respectiva sala para analisarem e assinarem Termo em que declaram ter examinado o envelope de provas e encontrado o mesmo não violado, devidamente lacrado.
- 6.13. Por motivo de segurança, os candidatos somente poderão se retirar do local das provas objetivas de seleção e provas discursivas – escrita e prática, após 3 (três) horas do início das mesmas, sob pena de exclusão, nos termos do item 18.7.g deste Edital.
- 6.14. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala das provas objetivas de seleção e discursivas – escrita e prática não poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, até que o derradeiro deles entregue sua prova, sob pena de exclusão, nos termos do item 18.7.g deste Edital.
- 6.15. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização fora do horário e local marcados para todos os candidatos.
- 6.16. Em caso de anulação de quaisquer das provas, estas serão repetidas, delas podendo participar somente os candidatos que tiverem comparecido à prova anulada.
- 6.17. O Tribunal de Justiça e o IESES não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas deste concurso público.

7. DA PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

- 7.1. A prova objetiva de seleção terá 100 (cem) questões, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo 1 (uma) e apenas 1 (uma) a correta, sendo o número de questões de cada matéria o que segue:
- Direito Notarial e Registral – 45 (quarenta e cinco) questões;
 - Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário – 15 (quinze) questões;
 - Direito Civil, Direito Comercial e Direito Processual Civil – 25 (vinte e cinco) questões;
 - Direito Penal e Direito Processual Penal – 5 (cinco) questões;
 - Direito Judiciário do Maranhão – 5 (cinco) questões;
 - Conhecimentos Gerais – 5 (cinco) questões.
- 7.2. A prova objetiva de seleção será realizada no **domingo, 20 de novembro de 2016**.
- 7.3. Os portões dos locais de prova serão fechados às 8 (oito) ou às 14 (quatorze) horas, horário local de São Luís, conforme indicado no documento de confirmação de inscrição previsto no item 5.3, iniciando-se a prova tão logo todos os candidatos estejam em suas respectivas salas.
- 7.4. A prova objetiva de seleção terá duração de 4 (quatro) horas e será realizada no local que constar do Documento de Confirmação de Inscrição previsto no item 5.3 deste Edital.
- 7.5. Durante a realização da prova objetiva de seleção é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos, anotações, códigos e a qualquer legislação, sob pena de eliminação do candidato do processo.

- 7.6. Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva de seleção, quando de sua avaliação, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos presentes.
- 7.6.1. Não haverá alteração da alternativa indicada como correta no gabarito preliminar. Em ocorrendo erro que implique na alteração do gabarito, a questão será anulada.
- 7.7. Será atribuída nota 0 (zero):
- à(s) questão(ões) objetiva(s) da prova objetiva de seleção cuja resposta indicar alternativa não correta;
 - à(s) questão(ões) objetiva(s) da prova objetiva de seleção cuja marcação de resposta contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
 - à(s) questão(ões) objetiva(s) da prova objetiva de seleção cuja marcação de resposta contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
 - à(s) questão(ões) objetiva(s) da prova objetiva de seleção que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de respostas; e,
 - à(s) prova(s) objetiva(s) de seleção cujo cartão de respostas for preenchido fora das especificações contida no mesmo ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas com tinta de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.
- 7.7.1. Em ocorrendo marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão, não haverá qualquer correção manual de leitura deste pelo equipamento de PED, nem revisão da leitura efetuada.
- 7.8. A prova objetiva de seleção será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo a nota desta prova expressa com 2 (duas) decimais, tendo todas as questões o mesmo valor.
- 7.9. A prova objetiva de seleção terá caráter eliminatório, porém a convocação para a prova discursiva – escrita e prática far-se-á respeitados os limites estabelecidos no item 8.3 deste Edital.
- 7.9.1.** Não será convocado para a prova discursiva – escrita e prática, o candidato que obtiver nota inferior a 5,00 (cinco inteiros) na prova objetiva de seleção ou que não comparecer à mesma prova.
- 7.10. A prova objetiva de seleção deverá ser assinada por meio de cartão numerado e destacável, de modo a não a identificar.
- 7.11. Para fiel cumprimento do item 7.10 deste Edital, o candidato, ao encerrar a prova objetiva de seleção, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão de respostas sem qualquer identificação e o caderno de provas, podendo reter para si, apenas, a folha com o rascunho do cartão de respostas.
- 7.11.1. O candidato que rubricar, assinar ou identificar, por qualquer forma, sua prova objetiva de seleção terá nota zero nesta prova e será excluído do Concurso.
- 7.11.2. O reconhecimento e a consequente consideração de marca distintiva como elemento de identificação da prova objetiva de seleção está contido no poder discricionário do julgador.
- 7.12. Será realizada audiência pública às 9 (nove) horas de **quinta-feira, 19 de janeiro de 2017**, na sede do Tribunal de Justiça, para que se proceda a identificação das provas objetivas de seleção, após sua avaliação.

8. DA PROVA DISCURSIVA – ESCRITA E PRÁTICA

- 8.1. A prova discursiva – Escrita e Prática constará de 4 (quatro) questões teóricas, 1(uma) questão prática e 1 (uma) dissertação, cujas matérias, programas e respectiva distribuição de questões estão indicadas no Anexo IV deste Edital.
- 8.1.1. Cada uma das questões teóricas deverá ser respondida sob forma de dissertação com no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) linhas, sendo atribuída nota zero à questão, se a resposta não atender ao limite mínimo e, sendo desconsiderado o que ultrapassar o limite máximo.
- 8.1.2. A questão prática deverá ser respondida com no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 60 (sessenta) linhas, sendo atribuída nota zero à questão, se a resposta não atender ao limite mínimo e, sendo desconsiderado o que ultrapassar o limite máximo.
- 8.1.3. A dissertação deverá ser respondida com no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas, sendo atribuída nota zero à questão, se a resposta não atender ao limite mínimo e, sendo desconsiderado o que ultrapassar o limite máximo.
- 8.1.4. A questão teórica consistirá em questionamento sobre um ou mais pontos, de uma ou mais matérias pertinentes a esta prova, podendo envolver a aplicação da legislação.
- 8.1.5. A questão prática consistirá na elaboração de escritura, ata, edital, registro, instrumento, certidão ou quaisquer outros documentos relativos a atos próprios da atividade notarial ou de registro ou solução de caso/problema a respeito de tais atividades.

- 8.1.6. A dissertação consistirá em resposta a questionamento sobre de uma ou mais matérias pertinentes a esta prova, podendo envolver a aplicação da legislação e/ou resolução de casos práticos ou situação problema.
- 8.2. Será atribuída nota zero à questão quando:
- Respondida em folha de respostas, ou linhas da folha de resposta diversas daquelas especificadas para tal fim.
 - Na resposta à questão, teórica, prática ou dissertação, não for observado o limite mínimo de linhas definido para tal, sendo desconsiderado o que ultrapassar o respectivo limite máximo de linhas.
- 8.3. A prova escrita e prática deverá ser manuscrita, em letra legível.
- 8.4. Para participar da prova discursiva – teórica e prática, serão convocados os candidatos com nota igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros) na prova objetiva de seleção e pré-classificados até as seguintes posições limite:
- 8 (oito) vezes o número de vagas para provimento por ingresso, estabelecido no item 2.2;
 - 8 (oito) vezes o número de vagas para provimento por remoção, estabelecido no item 2.2;
 - 8 (oito) vezes o número de vagas reservadas a Pessoas com Deficiência – PcD, para provimento por ingresso, estabelecido no item 2.2;
 - 8 (oito) vezes o número de vagas reservadas a Pessoas com Deficiência – PcD, para provimento por remoção, estabelecido no item 2.2;
- 8.4.1. Havendo empate na última posição da pré-classificação para aplicação do item 8.4, em cada uma de suas letras, serão convocados todos os candidatos com a mesma nota.
- 8.4.2. O candidato relacionado em mais de uma das situações previstas no item 8.4, efetuará uma única prova nos termos do item 6.1.3; participando das etapas subsequentes nas classificações correspondentes àquelas em que for convocado/relacionado para a Prova Discursiva – Escrita e Prática.
- 8.5. Os candidatos pré-classificados para a prova discursiva – escrita e prática serão convocados por edital publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão, na **terça-feira, 31 de janeiro de 2017**, sendo naquele informado o local de realização da prova e a nominata dos convocados.
- 8.5.1. Da convocação constará a nominata dos candidatos, com as respectivas notas.
- 8.5.2. A convocação do candidato far-se-á, complementarmente, por documento onde estarão indicados os dados do mesmo e o local em que fará a prova discursiva – escrita e prática.
- 8.5.3. O Documento de Convocação será remetido ao e-mail que o candidato indicar na Ficha de Inscrição.
- 8.5.4. Havendo incorreção ou dados incompletos do endereço eletrônico que o candidato indicar, o Documento não será remetido, devendo o candidato retirá-lo conforme o item 8.5.5 deste Edital.
- 8.5.5. Os candidatos que não tiverem recebido o Documento de Convocação deverão retirá-lo através da internet, nos endereços eletrônicos indicados no item 3.4.1, a partir das 18 (dezoito) horas de **quinta-feira, 9 de março de 2017**.
- 8.6. Os portões dos locais de prova serão fechados às 8 (oito) horas, no dia de realização da prova discursiva – teórica e prática, **domingo, 12 de março de 2017**, sendo a prova realizada no local que constar da convocação prevista no item 8.5.2 deste Edital.
- 8.6.1. A prova discursiva – teórica e prática terá duração de 5 (cinco) horas; iniciando-se a prova tão logo tenha sido concluída a verificação dos materiais usados como consulta pelos candidatos.
- 8.7. A nota da prova discursiva – escrita e prática, expressa com 2 (duas) decimais, corresponderá à soma das notas de suas questões, sendo a avaliação destas efetuadas nas seguintes escalas:
- Cada questão teórica da prova discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 1,0 (um) ponto, com notas de 0 (zero); 0,25 (vinte e cinco centésimos), 0,50 (cinquenta centésimos); 0,75 (setenta e cinco centésimos) ou 1,0 (um) ponto.
 - A questão prática da prova discursiva – escrita e prática será avaliada na escala de 0 (zero) a 3,0 (dois) pontos, com notas de 0 (zero); 0,50 (cinquenta centésimos); 1,0 (um); 1,5 (um inteiro e cinquenta centésimos); 2,0 (dois); 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) ou 3,0 (três) pontos.
 - A dissertação da prova discursiva – escrita e prática será avaliada na escala de 0 (zero) a 3,0 (dois) pontos, com notas de 0 (zero); 0,50 (cinquenta centésimos); 1,0 (um); 1,5 (um inteiro e cinquenta centésimos); 2,0 (dois); 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) ou 3,0 (três) pontos.
- 8.7.1. A simples citação, transcrição ou reprodução de norma de direito positivo não representará, por si só, abordagem do tema sob avaliação.

- 8.7.2. Na avaliação das questões da prova discursiva – escrita e prática será, também, considerado o uso correto da Língua Portuguesa (forma redacional: coerência, coesão, ortografia, concordância e pontuação).
- 8.8. Serão considerados aprovados na prova discursiva – escrita e prática, os candidatos que:
- obtiverem nota maior que zero (0), pelo menos, na questão prática ou na dissertação e;
 - obtiverem nota da prova discursiva – escrita e prática, igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros).
- 8.9. As questões da prova discursiva – escrita e prática deverão ter, explicitamente, indicadas sua condição – questão teórica, questão prática, dissertação.
- 8.10. A prova discursiva – escrita e prática deverá ser assinada por meio de cartão numerado e destacável, de modo a não a identificar.
- 8.10.1. Para fiel cumprimento do item 8.10 deste Edital, o candidato, ao encerrar a prova discursiva – escrita e prática, entregará ao fiscal de prova/sala as folhas respostas sem qualquer identificação e o caderno de provas, não podendo reter para si, qualquer documento desta prova.
- 8.10.2. O candidato que rubricar, assinar ou identificar, por qualquer forma, sua prova discursiva – escrita e prática terá nota zero nesta prova e será excluído do Concurso.
- 8.10.3. O reconhecimento e a consequente consideração de marca distintiva como elemento de identificação da prova discursiva – escrita e prática está contido no poder discricionário do julgador.
- 8.10.4. Será realizada audiência pública às 9 (nove) horas de **terça-feira, 18 de abril de 2017**, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para que se proceda a identificação das provas discursivas - escritas e prática, após sua avaliação.
- 8.11. Para a realização da prova discursiva – escrita e prática é admitida a consulta à legislação, desacompanhada de qualquer comentário, anotação, jurisprudência, exposição de motivos ou súmula dos Tribunais, vedada a utilização de qualquer tipo de cópias xerográficas, especialmente de livros e/ou de obras publicadas.
- 8.11.1. Durante a realização da prova discursiva é vedada a consulta a livros (exceto para as obras previstas no item 8.11), revistas, folhetos, apostilas ou anotações.
- 8.11.2. O IESES disponibilizará arquivo digital (pdf), para impressão, contendo a legislação relativa a Direito Judiciário, que não estiver disponível em livros e obras semelhantes.
- 8.12. O descumprimento dos itens 8.10 e/ou 8.11 e seus subitens implicará na eliminação sumária do candidato, constituindo-se em tentativa de fraude.

9. DOS REQUISITOS PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES

- 9.1. O candidato ao concurso cujo provimento se dê por ingresso deverá apresentar Requerimento de inscrição definitiva, assinado pelo candidato ou procurador, acompanhado de um dos seguintes documentos:
- prova de conclusão do curso de bacharel em Direito, através do respectivo diploma, de certificado de conclusão do curso ou certificado de colação de grau ou;
 - declaração de que se beneficiará da hipótese contemplada pela Súmula 266 do STJ, quanto à apresentação do diploma de conclusão do curso de Bacharel em Direito até a data da outorga de delegação ou;
 - prova de que tenha completado dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro, até a data da primeira publicação deste Edital no Diário de Justiça do Estado do Maranhão, acompanhado de certidão da respectiva Corregedoria Geral da Justiça e que, no exercício de delegação de serventia extrajudicial de que não foi punido nos 3 (três) anos anteriores à mesma data.
- 9.2. O candidato ao concurso cujo provimento se dê por remoção deverá apresentar Requerimento de inscrição definitiva, assinado pelo candidato ou procurador, acompanhado dos seguintes documentos:
- Comprovação de ter exercido, por mais de 2 (dois) anos e estar exercendo, a titularidade de atividade notarial ou de registro, por certidão expedida pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.
 - Prova de regularidade da serventia, mediante certidões negativas das receitas Federal (inclusive Previdência Social), Estadual e Municipal, FGTS e débitos trabalhistas
 - Certidão expedida pela Corregedoria Geral da Justiça de que não foi punido nos 3 (três) anos anteriores à data da primeira publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão, com pena mais gravosa que multa.

- 9.3. Os candidatos ao concurso cujo provimento se dê quer por ingresso, quer por remoção apresentarão conjunto de documentos específico para cada critério de provimento, que conterão o indicado nos itens 9.1 e 9.2, juntando complementarmente:
- a. *Curriculum vitae*, consignando os lugares de residência desde os 18 (dezoito) anos de idade e com indicação das funções, atividades e cargos exercidos, públicos e privados, remunerados ou não, mencionando o(s) tempo(s) de serviço.
 - b. Certidão de nascimento ou de casamento, comprovando ser brasileiro e ter idade mínima de dezoito anos.
 - c. Cédula de Identidade ou documento de identidade equivalente, reconhecido por lei.
 - d. Prova de estar inscrito no cadastro de pessoa física (CPF), se CPF não estiver consignado na cédula de Identidade ou documento de identidade.
 - e. Prova de estar em dia com as obrigações militares (candidato do sexo masculino).
 - f. Cópia do Título de Eleitor e prova de estar em dia com as obrigações eleitorais.
 - g. Declaração, subscrita de próprio punho, sobre antecedentes criminais, ações em que seja ou tenha sido réu, procedimentos administrativos em que tenha sido indiciado no juízo cível ou criminal, protesto de títulos, penalidades sofridas no exercício de cargo público ou em qualquer outra atividade profissional (positiva ou negativa).
 - h. Folhas corridas ou certidões negativas ou certidões positivas fornecidas pela Polícia Estadual das localidades onde tenha residido nos últimos 10 (dez) anos.
 - i. Folhas corridas fornecidas pelos Cartórios Criminais da Justiça Estadual, das localidades onde tenha residido nos últimos 10 (dez) anos.
 - j. Certidões dos Cartórios de Distribuição da Justiça Estadual, informativas da existência ou não de qualquer ação cível ou criminal em curso, ajuizada em desfavor do candidato das localidades onde ele residiu nos últimos 10 (dez) anos;
 - k. Folhas corridas ou certidões negativas ou certidões positivas fornecidas pelos Cartórios Criminais da Justiça Eleitoral das localidades onde tenha residido nos últimos 10 (dez) anos.
 - l. Certidões dos Cartórios de Distribuição da Justiça Eleitoral, informativas da existência ou não de qualquer ação cível ou criminal em curso, ajuizada em desfavor do candidato das localidades onde ele residiu nos últimos 10 (dez) anos;
 - m. Folhas corridas ou certidões negativas ou certidões positivas fornecidas pela Polícia Federal das localidades onde tenha residido nos últimos 10 (dez) anos.
 - n. Folhas corridas ou certidões negativas ou certidões positivas fornecidas pelos Cartórios Criminais da Justiça Federal, das localidades onde tenha residido nos últimos 10 (dez) anos.
 - o. Certidões dos Cartórios de Distribuição da Justiça Federal, informativas da existência ou não de qualquer ação cível ou criminal em curso, ajuizada em desfavor do candidato das localidades onde ele residiu nos últimos 10 (dez) anos;
 - p. Certidões dos Cartórios de Distribuição da Justiça Militar, informativas da existência ou não de qualquer ação cível ou criminal em curso, ajuizadas em desfavor do candidato das localidades onde ele residiu nos últimos 10 (dez) anos;
 - q. Certidões dos cartórios de Distribuição, informativas da existência ou não de protestos em desfavor do candidato, nos locais em que manteve domicílio nos últimos 5 (cinco) anos.
 - r. Atestado médico de sanidade física, de aptidão do candidato para o exercício das atribuições da função;
 - s. Atestado médico de sanidade mental, de aptidão do candidato para o exercício das atribuições da função (médico psiquiatra);
 - t. Atestado de aptidão psicológica do candidato para o exercício das atribuições da função (médico psiquiatra ou psicólogo).
- 9.4. Os candidatos aprovados na Prova Discursiva - Escrita e Prática serão convocados por ato disponibilizado através da internet, nos endereços eletrônicos indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 23 de maio de 2017**, a entregar, pessoalmente, os documentos estabelecidos nos itens 9.1, 9.2 e/ou 9.3, no Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, no horário de expediente externo, no período de **domingo, 28 de maio de 2017 a sexta-feira, 16 de junho de 2017**, na ordem que se apresentam nestes itens, capeados por modelo apresentado no ato de convocação.
- 9.4.1. Os candidatos que não efetuarem a entrega de todos os documentos previstos nos itens 9.1, 9.2 e/ou 9.3, no prazo indicado no item 9.4, serão considerados desistentes do concurso e, portanto, excluídos das etapas seguintes.

10. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

- 10.1. Os candidatos que tiverem entregue e aprovada a documentação comprobatória do cumprimento dos requisitos para outorga de delegações, nos termos do item 09 e seus subitens, serão convocados para a Prova Oral.
- 10.1.1. A Comissão Organizadora do Concurso reserva-se o direito de solicitar ou requisitar, de quaisquer fontes, informações sigilosas, escritas ou verbais, relativas à personalidade e à vida pregressa do candidato.
- 10.2. Encerrada a análise da documentação, reunir-se-á a Comissão de Concurso para a avaliação final, aprovando ou não a participação do candidato nas etapas seguintes do concurso.
- 10.3. O candidato não aprovado receberá em seu endereço, comunicado formal da Comissão Organizadora do Concurso, esclarecendo as causas de sua não aprovação.

11. DA PROVA ORAL

- 11.1. A Prova Oral constará de arguição do candidato, perante Comissão Examinadora composta por 3 (três) membros, sobre matérias e programas indicados no Anexo IV deste Edital, cujo ponto de arguição será objeto de sorteio para cada candidato.
- 11.1.1. Poderão ser constituídas Comissões Examinadoras Isoladas para a realização da Prova Oral.
- 11.1.2. A Comissão Examinadora será composta por um examinador para cada uma das seguintes áreas, objeto da prova oral:
- Direito Notarial e Registral;
 - Direito Civil, Direito Comercial e Direito Processual Civil;
 - Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Judiciário.
- 11.2. Participarão da prova oral os candidatos que tiverem aprovada sua participação, conforme ato de convocação disponibilizado através da internet, nos endereços eletrônicos indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **sexta-feira, 7 de julho de 2017**, após o encerramento da etapa de análise da documentação.
- 11.2.1. Por questões de logística, sendo inviável a arguição de todos os candidatos habilitados para o mesmo dia, estes candidatos poderão ser divididos em grupos.
- 11.2.2. O ato de convocação indicará a data da prova e o horário de sorteio da ordem de arguição dos candidatos, dentro de cada grupo, se houver.
- 11.3. Cada membro da Comissão Examinadora disporá de até dez minutos para arguir e obter respostas de cada candidato, em cada prova.
- 11.4. As provas orais serão públicas e gravado o respectivo áudio.
- 11.5. O ponto dos programas (número único para os três examinadores), individualizando a matéria a ser arguida, sobre o qual versarão as perguntas de cada um dos examinadores, será sorteado na hora da prova, perante o candidato.
- 11.5.1. O ato de convocação dos candidatos indicará os pontos objeto de sorteio, para cada uma das áreas indicadas no item 11.1.2 deste Edital.
- 11.6. Cada examinador consignará, em papeletas avulsas e assinadas, nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, com frações de 0,5 (meio ponto), sendo as mesmas recolhidas ao final da prova de cada candidato, em envelope que a Coordenação Local de Aplicação de Provas fará lacrar.
- 11.6.1. A nota de cada prova oral será a média das notas atribuídas por cada examinador ao candidato, expressa com 2 (duas) decimais, arredondada estatisticamente.
- 11.7. Será eliminado o candidato, cuja média das notas das provas orais for inferior a 5,00 (cinco inteiros).
- 11.8. Será realizada audiência pública no local em que se realizar a prova oral, para que se proceda a divulgação das notas obtidas pelos candidatos, até 30 (trinta) minutos após a conclusão da avaliação do último grupo de candidatos.

12. DA PROVA DE TÍTULOS

- 12.1. Os candidatos convocados à Prova Oral serão, também, convocados a fazer a entrega dos documentos pertinentes à Prova de Títulos, os quais deverão ser encaminhados via SEDEX/ECT para o IESSES, com postagem no período de **segunda-feira, 12 de junho de 2017 a sexta-feira, 30 de junho de 2017**.
- 12.1.1. A critério do interessado, os documentos previstos no item 12.1 poderão ser entregues no Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, no horário de expediente externo, respeitado o prazo limite do item 12.1.
- 12.2. Para os candidatos a vagas por provimento por ingresso e/ou por remoção, a avaliação dos títulos será efetuada a partir dos seguintes pontos:
- Exercício da advocacia ou de delegação, cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em Direito, por um mínimo de três anos até a data da primeira publicação deste Edital de Concurso Público – 2,0 (dois) pontos;

- II. Exercício de serviço notarial ou de registro, por não bacharel em direito, por um mínimo de dez anos até a data da primeira publicação deste Edital de Concurso Público (art. 15, § 2º, da Lei n. 8.935/94) – 2,0 (dois) pontos;
 - III. Exercício de Magistério Superior na área jurídica pelo período mínimo de 5 (cinco) anos:
 - a. Mediante admissão no corpo docente por concurso ou processo seletivo de provas e/ou títulos – 1,5 (um e meio) pontos;
 - b. Mediante admissão no corpo docente sem concurso ou processo seletivo de provas e/ou títulos – 1,0 (um) ponto;
 - IV. Diplomas em curso de Pós-Graduação:
 - a. Doutorado reconhecido ou revalidado em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas = 2 (dois) pontos;
 - b. Mestrado reconhecido ou revalidado em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas = 1 (um) ponto;
 - c. Especialização em Direito, na forma da legislação educacional em vigor, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula, cuja avaliação haja considerado monografia de final de curso = 0,5 (meio) ponto;
 - V. Exercício, no mínimo durante 1 (um) ano, por ao menos 16 (dezesesseis) horas mensais, das atribuições de conciliador voluntário em unidades judiciárias ou na prestação de assistência jurídica voluntária = 0,5 (meio) ponto;
 - VI. Período igual a 3 (três) eleições, contados uma só vez, de serviço prestado, em qualquer condição, à Justiça Eleitoral = 0,5 (meio) ponto [Nas eleições em dois turnos, considerar-se-á um único período, ainda que haja prestação de serviços em ambos].
- 12.3. As pontuações previstas nos subitens I e II do item 12.2 não poderão ser contadas de forma cumulativa.
- 12.4. Os documentos da Prova de Títulos postados ou enviados fora do período indicado no item 12.1 não serão avaliados.
- 12.5. Para a Prova de Títulos, os candidatos deverão utilizar o formulário específico para a apresentação dos títulos indicado no Anexo VI a este Edital, cuja avaliação atenderá, inclusive, os itens ali apontados.
- 12.6. Os títulos deverão ser apresentados em cópia legível, devidamente autenticada, capeados pelo formulário indicado no item 12.5, devidamente assinado, na ordem deste, em um único conjunto para cada candidato.
- 12.7. Em não sendo encaminhados os títulos nos termos do item 12.5, os mesmos não serão avaliados.
- 12.8. Não serão aceitos títulos encaminhados separadamente do formulário indicado no item 12.5, via fax ou via correio eletrônico, bem como não será objeto de avaliação qualquer documento entregue isoladamente ou como parte de um segundo conjunto.
- 12.9. Não serão recebidos certificados e/ou diplomas originais.
- 12.10. Não haverá, qualquer que seja a alegação, devolução dos documentos apresentados para a prova de títulos.
- 12.11. Não serão aceitos protocolos de documentos nem títulos sem comprovação.
- 12.12. O termo final para aquisição dos títulos é a data da primeira publicação deste edital.
- 12.13. A nota da Prova de Títulos será igual à soma dos pontos obtidos nos diversos itens de avaliação respeitado o limite máximo de 10 (dez) pontos, com peso 2 (dois), desprezando-se o que exceder este limite.
- 12.14. Deverão ser observados os seguintes aspectos na apresentação dos documentos da Prova de Títulos:
- I. Item 12.2.I. Exercício da advocacia ou de delegação, cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em Direito, por um mínimo de três anos até a data da primeira publicação deste Edital de Concurso Público – 2,0 (dois) pontos;
 - a. O exercício da advocacia está previsto no estatuto da advocacia e da OAB, que estabelece:
“Art. 1º São atividades privativas de advocacia: I – a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais; II – as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.”
 - b. Em relação ao exercício de advocacia, deve ser aplicado o que consta no Regulamento Geral da OAB:
“Art. 5º. Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia a participação anual mínima em cinco atos privativos previstos no artigo 1º do Estatuto, em causas ou questões distintas.
 - b.1. A comprovação do efetivo exercício faz-se mediante: a) certidão expedida por cartórios ou secretarias judiciais; b) cópia autenticada de atos privativos; c) certidão expedida pelo órgão público no qual o advogado exerça função privativa do seu ofício, indicando os atos praticados.”

- c. Em relação ao exercício de cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em direito, o candidato deve apresentar certidão do órgão público ao qual esteja vinculado, indicando o cargo ocupado, a exigência de ser bacharel em direito para o mesmo cargo e a data de nomeação/designação/contratação e desligamento, se houver.
- II. Item 12.2.II. Exercício de serviço notarial ou de registro, por não bacharel em direito, por um mínimo de dez anos até a data da primeira publicação deste Edital de Concurso Público (art. 15, § 2º, da Lei n. 8.935/94) – 2,0 (dois) pontos;
- a. A comprovação deverá ser feita nos termos do item 2.6.1 deste Edital.
- II.1. Nos termos do item 12.3 do Edital, haverá uma única pontuação para os itens 12.2.I ou 12.2.II, que são excludentes em relação à pontuação. Desta forma, a pontuação máxima nestes dois itens é 2,0 (dois) pontos.
- III. Item 12.2. III. Exercício de Magistério Superior na área jurídica pelo período mínimo de 5 (cinco) anos: a) Mediante admissão no corpo docente por concurso ou processo seletivo de provas e/ou títulos – 1,5 (um vg cinco) pontos;
- A comprovação do exercício de Magistério Superior deverá ser comprovada:
- a. Se exercida em escola/universidade vinculada a qualquer esfera do poder público – por certidão contendo os dados do candidato (nome e CPF), nome da(s) disciplina(s) a que estiver vinculado, o ato de homologação ou aprovação do concurso ou processo seletivo de provas e/ou títulos, datas de admissão e de saída (se ocorreu).
- b. Se exercida em escola vinculada à entidade privada - por declaração da respectiva entidade, contendo os dados do candidato (nome e CPF), nome da(s) disciplina(s) a que estiver vinculado, o ato de homologação ou aprovação do concurso ou processo seletivo de provas e/ou títulos, datas de admissão e de saída (se ocorreu), acompanhada da cópia das folhas da carteira profissional do candidato (folha de identificação, de qualificação e do registro do contrato).
- c. Este item é computado uma única vez; não sendo considerado como tempo de serviço no magistério, o estágio, a monitoria e a bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.
- IV. Item 12.2.III. Exercício de Magistério Superior na área jurídica pelo período mínimo de 5 (cinco) anos: b) Mediante admissão no corpo docente sem concurso ou processo seletivo de provas e/ou títulos – 1,0 (um) ponto;
- A comprovação do exercício de Magistério Superior deverá ser feita:
- a. Se exercida em escola/universidade vinculada a qualquer esfera do poder público – por certidão contendo os dados do candidato (nome e CPF), nome da(s) disciplina(s) a que estiver vinculado, datas de admissão e de saída (se ocorreu);
- b. Se exercida em escola vinculada à entidade privada - por declaração da respectiva entidade, contendo os dados do candidato (nome e CPF), nome da(s) disciplina(s) a que estiver vinculado, datas de admissão e de saída (se ocorreu), acompanhada da cópia das folhas da carteira profissional do candidato (folha de identificação, de qualificação e do registro do contrato).
- c. Na comprovação por RPA (Recibo de pagamento de autônomo) em substituição à carteira profissional do candidato), exigir-se-á a comprovação de, no mínimo, 30 (trinta horas-aula por semestre letivo).
- d. Este item é computado uma única vez; não sendo considerado como tempo de serviço no magistério, o estágio, a monitoria e a bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.
- V. Item 12.2.IV. Diplomas em curso de Pós-Graduação: a) Doutorado reconhecido ou revalidado em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas = 2 (dois) pontos; b) Mestrado reconhecido ou revalidado em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas = 1 (um) ponto; c) Especialização em Direito, na forma da legislação educacional em vigor, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula, cuja avaliação haja considerado monografia de final de curso = 0,5 (meio) ponto;
- a. Será admitida a apresentação, por candidato, de no máximo dois títulos de doutorado, dois títulos de mestrado e dois títulos de especialização, desde que atendam às exigências;
- b. Doutorado e Mestrado são comprovados por diploma devidamente registrado;
- c. Especialização é comprovada por Certificado, o qual deve atender ao estabelecido na Resolução nº 1, de 08.06.2007, da Comissão de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação/MEC;
- d. Deverá ser apresentada cópia do verso do diploma ou do certificado, com os respectivos registros sob pena de não ser considerado o documento;

- e. O diploma ou o certificado poderá ser substituído por certidão ou declaração da Instituição de Ensino em que conste: a) a conclusão do curso pelo candidato e b) que o respectivo diploma ou certificado encontra-se em fase de confecção ou de registro junto aos órgãos competentes.
 - f. A certidão de defesa de tese ou de dissertação e o histórico escolar ou certidão de conclusão de disciplinas (grade curricular) não substituem a certidão ou declaração indicada na letra “e” deste item e não constituem prova de conclusão do referido curso.
 - g. O certificado ou a certidão/declaração do curso de Especialização apresentado deverá comprovar, explicitamente, que foi apresentada monografia e que a mesma foi considerada aprovada.
- VI. Item 12.2.V. Exercício, no mínimo durante 1 (um) ano, por ao menos 16 (dezesesseis) horas mensais, das atribuições de conciliador voluntário, ou na prestação de assistência jurídica voluntária = 0,5 (meio) ponto;
- a. A certidão ou declaração da entidade ou órgão público deverá indicar com clareza o período em que o candidato atuou e a respectiva carga horária mensal;
 - b. Deverá fazer parte da certidão ou declaração, a indicação expressa que o trabalho desenvolvido foi voluntário, ou seja, não ocorreu qualquer tipo de remuneração pela atividade exercida.
 - c. Este item é computado uma única vez.
- VII. Item 12.2.VI. Período igual a 3 (três) eleições, contado uma só vez, de serviço prestado, em qualquer condição, à Justiça Eleitoral = 0,5 (meio) ponto [Nas eleições em dois turnos, considerar-se-á um único período, ainda que haja prestação de serviços em ambos].
- a. A comprovação é feita por certidão da Justiça Eleitoral.
 - b. Este item é computado uma única vez.

13. DA CLASSIFICAÇÃO PARA O PROVIMENTO DAS SERVENTIAS VAGAS

- 13.1. A nota final do candidato para o concurso, quer por provimento por ingresso ou provimento por remoção, será a média ponderada das notas das provas e dos pontos dos títulos, de acordo com a seguinte fórmula:
- $$NF = [(P1 \times 4) + (P2 \times 4) + (T \times 2)] / 10, \text{ onde:}$$
- NF=Nota Final
P1=Prova Discursiva e Prática
P2=Prova Oral
T=Títulos
- 13.2. A média final, expressa com 3 (três) decimais, será arredondada estatisticamente.
- 13.3. Os candidatos aprovados na média final serão classificados nos seguintes grupos:
- a. Candidatos a vagas para provimento por ingresso;
 - b. Candidatos a vagas para provimento por remoção;
 - c. Candidatos a vagas reservadas a Pessoas Portadoras de Deficiência – PPD, para provimento por ingresso;
 - d. Candidatos a vagas reservadas a Pessoas Portadoras de Deficiência – PPD, para provimento por remoção.
- 13.3.1. Nos termos do artigo 42, do Decreto Federal 3.298/99, o candidato que participar da classificação prevista no item “13.3.c” participará também da classificação prevista no item “13.3.a” e; o candidato que participar da classificação prevista no item “13.3.d”, participará também da classificação prevista no item “13.3.b”.
- 13.4. Ocorrendo empate na média aritmética ponderada, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei, ou seja, que possuírem 60 anos completos ou mais na data de encerramento das inscrições, **sexta-feira, 7 de outubro de 2016**.
- 13.4.1. Para os candidatos que não estejam sob o amparo do item anterior (13.4), o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:
- a. obtiver maior soma das notas nas provas objetiva de seleção, discursiva – teórica e prática e oral;
 - b. obtiver maior nota na prova discursiva – teórica e prática;
 - c. obtiver maior nota na prova oral;
 - d. obtiver maior nota na prova objetiva de seleção;
 - e. **exercício na função de jurado;**
 - f. tiver a maior idade.
- 13.5. Os documentos de comprovação relativos ao item 13.4.1.e deverão ser entregues juntamente com os documentos da Prova de Títulos.

14. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

- 14.1. É admitido pedido de revisão quanto:
- ao não deferimento do pedido de isenção do valor de inscrição;
 - ao não deferimento de inscrição preliminar;
 - ao não deferimento de condições especiais de prova;
 - ao não deferimento de inscrição preliminar como Pessoa com Deficiência – PcD;
 - à formulação das questões e respectivos quesitos da prova objetiva de seleção;
 - à opção considerada como certa na questão da prova objetiva de seleção;
 - à avaliação da prova objetiva de seleção;
 - à convocação para a prova escrita e prática;
 - à avaliação da prova escrita e prática;
 - à avaliação da prova oral;
 - à avaliação da prova de títulos;
 - às médias finais e à classificação final do concurso.
- 14.2. Os pedidos de revisão relativos aos itens “14.1.a” ou “14.1.b” ou “14.1.c” ou “14.1.d” deverão ser interpostos das 9 (nove) horas do primeiro dia subsequente à disponibilização da decisão até as 18 (dezoito) horas do segundo dia subsequente à disponibilização da decisão.
- 14.3. A decisão dos pedidos de revisão relativos ao item “14.1.a.” será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 27 de setembro de 2016**.
- 14.4. A decisão dos pedidos de revisão relativos ao item “14.1.b.”, “14.1.c.” e “14.1.d” será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **sexta-feira, 28 de outubro de 2016**.
- 14.5. A prova objetiva de seleção e o gabarito oficial desta prova serão tornados disponíveis através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 09 (nove) horas do dia subsequente ao dia da realização da mesma.
- 14.5.1. O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos (item 14.1.e) ou quanto à opção considerada como certa na prova objetiva de seleção (item 14.1.f) deverá fazê-lo das 09 (nove) horas do dia subsequente ao dia da realização da mesma até as 18 (dezoito) horas do terceiro dia subsequente ao dia da realização da prova objetiva de seleção.
- 14.5.2. A decisão dos pedidos de revisão relativos ao item 14.5.1 será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **quarta-feira, 14 de dezembro de 2016**.
- 14.6. A avaliação da prova objetiva de seleção, expressa no respectivo Boletim Individual de Desempenho – POS, será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 31 de janeiro de 2017**.
- 14.6.1. Os pedidos de revisão relativos aos itens “14.1.g” deverão ser interpostos das deverão ser interpostos das 9 (nove) horas do primeiro dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho – POS até as 18 (dezoito) horas do segundo dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho desta prova.
- 14.6.2. A decisão dos pedidos de revisão relativos ao item 14.6.1 será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017**.
- 14.7. A convocação para a prova escrita e prática será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 31 de janeiro de 2017**.
- 14.7.1. Os pedidos de revisão relativos aos itens “14.1.h” deverão ser interpostos das deverão ser interpostos das 9 (nove) horas do primeiro dia subsequente à disponibilização do respectivo ato até as 18 (dezoito) horas do segundo dia subsequente à disponibilização do ato a que se refere.
- 14.7.2. A decisão dos pedidos de revisão relativos ao item 14.7.1 será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **quarta-feira, 8 de fevereiro de 2017**.
- 14.8. A avaliação da prova escrita e prática, expressa no respectivo Boletim Individual de Desempenho – PEP, será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 25 de abril de 2017**.
- 14.8.1. As folhas respostas da prova escrita e prática serão disponibilizadas através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, das 9 (nove) horas do primeiro dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho PEP até as 18 (dezoito) horas do segundo dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho PEP.

- 14.8.2. Os pedidos de revisão relativos ao item “14.1.i” deverão ser interpostos das 9 (nove) horas do primeiro dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho PEP até as 18 (dezoito) horas do segundo dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho PEP.
- 14.8.3. A decisão dos pedidos de revisão relativos ao item 14.8.2 será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 23 de maio de 2017**.
- 14.9. A avaliação da prova oral, expressa no respectivo Boletim Individual de Desempenho POR será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 29 de agosto de 2017**.
- 14.9.1. Os pedidos de revisão relativos ao item “14.1.j” deverão ser interpostos das deverão ser interpostos das 9 (nove) horas do primeiro dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho POR até as 18 (dezoito) horas do segundo dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho POR.
- 14.9.2. No mesmo período indicado no item 14.9.1, será disponibilizado na Comissão de Concurso da sede do Tribunal de Justiça, no horário de expediente ordinário, o áudio com as gravações da prova de cada um dos candidatos.
- 14.9.3. A decisão dos pedidos de revisão relativos ao item 14.9.1 será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 26 de setembro de 2017**.
- 14.10. A avaliação da prova de títulos, expressa no respectivo Boletim Individual de Desempenho TIT será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 15 de agosto de 2017**.
- 14.10.1. Os pedidos de revisão relativos ao item “14.1.k” deverão ser interpostos das deverão ser interpostos das 9 (nove) horas do primeiro dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho TIT até as 18 (dezoito) horas do segundo dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho TIT.
- 14.10.2. A decisão dos pedidos de revisão relativos ao item 14.10.1 será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 26 de setembro de 2017**.
- 14.11. As médias finais dos candidatos e as classificações dos aprovados, expressas no Boletim Individual de Desempenho FIN serão disponibilizadas através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 24 de outubro de 2017**.
- 14.11.1. Os pedidos de revisão relativos ao item “14.1.l” deverão ser interpostos das deverão ser interpostos das 9 (nove) horas do primeiro dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho FIN até as 18 (dezoito) horas do segundo dia subsequente à disponibilização do Boletim Individual de Desempenho FIN.
- 14.12. A decisão dos pedidos de revisão relativos ao item 14.11.1 será disponibilizada através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, até as 18 (dezoito) horas de **terça-feira, 31 de outubro de 2017**.
- 14.13. A decisão da Banca Examinadora quanto aos pedidos de revisão indicados nos itens “14.1.e” a 14.1.l” se constitui em decisão terminativa no âmbito do IESSES.
- 14.14. Os candidatos poderão obter seus documentos individuais (Documento de Confirmação de Inscrição - DCI, Documento de Convocação à Prova Escrita e Prática – DCPEP ou Boletins de Desempenho Individual) e ter acesso aos cartões de resposta e às folhas respostas da prova escrita e prática, através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1, apontando aos respectivos ícones e informando seu número de inscrição e data de nascimento, no formato solicitado.
- 14.15. Somente serão apreciados os pedidos de revisão expressos em termos convenientes e que apontarem as razões e circunstâncias que os justifiquem, bem como observarem rigorosamente o procedimento estabelecido neste Edital.
- 14.15.1. Não serão conhecidos pedidos de revisão interpostos coletivamente.
- 14.15.2. Os pedidos de revisão deverão ser elaborados exclusivamente através de formulário digital disponibilizado no ícone “Pedidos de Revisão” do endereço eletrônico **www.cartorio2016.tjma.ieses.org**.
- 14.15.3. Nos formulários digitais não haverá necessidade de qualificação do candidato ou de seu procurador, tendo em vista que cada formulário estará vinculado diretamente ao registro do recorrente, através de seu CPF e data de nascimento.
- 14.15.4. Ao optar por pedido de revisão, o candidato deverá proceder conforme orientação no referido formulário.
- 14.15.5. Não haverá hipótese de elaboração do pedido de revisão por outro meio senão aquele disponibilizado para tal na respectiva página, considerando-se deserto o pedido que for efetuado de outro modo.

- 14.15.6. As razões do pedido e os respectivos requerimentos deverão ser elaborados previamente em processador de texto de escolha do candidato; uma vez concluídos (razões e requerimentos), estes deverão ser trasladados do arquivo do processador de textos para a respectiva área no formulário digital.
- 14.15.7. As razões do pedido e os respectivos requerimentos deverão ser desprovidos de qualquer identificação do recorrente, timbre de escritório e/ou empresa, etc., permitindo-se assim a sua análise sem a identificação do postulante.
- 14.15.8. Não é permitida qualquer identificação no corpo das razões do pedido ou de seus respectivos requerimentos, quando relativos aos itens “14.1.e”, “14.1.f” e “14.1.i”, sendo indeferidos sumariamente os que não atenderem a esta condição.
- 14.15.9. O reconhecimento e a consequente consideração de marca distintiva como elemento de identificação do recurso está contido no poder discricionário do julgador.
- 14.16. Após a elaboração dos pedidos de revisão e sua remessa (envio) conforme indicado no formulário, tais pedidos deverão ser impressos e assinados pelo candidato requerente, respeitados os respectivos prazos indicados neste edital, sendo que o prazo para remessa se encerra na data indicada em cada um dos itens a que se refira o pedido de revisão.
- 14.16.1. Os documentos estabelecidos no item 14.16 deverão ser encaminhados via SEDEX para o IESES, para o endereço indicado no item 1.4.b deste Edital.
- 14.16.2. A critério do interessado, os documentos estabelecidos no item 14.16 poderão ser entregues no protocolo do Tribunal de Justiça, no horário de expediente externo.
- 14.17. O pedido interposto ou postado/entregue fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto consideradas as datas e horas dos respectivos registros eletrônicos de impositação do recurso, da postagem, no caso de remessa e de protocolo, no caso de entrega no Tribunal.
- 14.18. Pedidos de Revisão inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão preliminarmente indeferidos.
- 14.19. É admitido recurso dirigido à Comissão Organizadora do Concurso, quanto:
- ao não deferimento dos pedidos de revisão previstos no item 14.1;
 - à não aprovação da comprovação de atendimento aos requisitos para outorga de delegação e de inscrição definitiva.
- 14.20. Os recursos relativos ao item 14.19 deverão ser interpostos:
- Se referentes às decisões dos pedidos de revisão previstos no item “14.19.a”, no primeiro e segundo dia útil após a disponibilização da decisão;
 - Se referente aos itens “14.19.b”, nos 5 (cinco) dias subsequentes à disponibilização do ato de convocação para a Prova Oral.
- 14.21. Os recursos relativos ao item 14.18 deverão ser protocolados no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no horário de expediente externo, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.
- 14.22. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de CPF e endereço para correspondência.
- 14.23. Os recursos interpostos fora do respectivo prazo não serão conhecidos, sendo para tanto considerado a data e hora do respectivo protocolo.
- 14.24. A decisão da Comissão de Concurso quanto aos recursos indicados nos itens “14.19.a” e 14.19.b” se constitui em decisão terminativa na esfera administrativa.

15. DA ESCOLHA DE SERVENTIAS

- 15.1. Julgados os Pedidos de Revisão em relação aos resultados finais e às classificações, a Comissão Organizadora do Concurso aprovará o Relatório Final do Concurso e seu presidente fará publicar, no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão, as relações dos candidatos aprovados, na ordem de classificação, convocando-os para, em local, dia e hora designados, em audiência pública, indicar, na rigorosa ordem de classificação, a serventia de preferência do candidato, dentre as relacionadas no edital.
- 15.2. Impossibilitado de comparecer, o candidato classificado poderá ser representado por mandatário, que deverá apresentar o instrumento de procuração com poderes específicos e com firma reconhecida, para o exercício do direito de escolha.
- 15.3. A escolha da serventia, obrigatoriamente manifestada nessa oportunidade, terá caráter definitivo, vedada a possibilidade de qualquer modificação, exceto em decorrência do previsto no item 15.7 e seus subitens ou de permuta.
- 15.3.1. O não comparecimento do candidato classificado ou de mandatário habilitado será considerado desistência, não se admitindo pedido que importe em adiamento da opção.
- 15.4. É vedada a acumulação de Delegação outorgada, na forma deste Concurso, com cargo ou função pública ou com outra delegação de notas ou de registro.

- 15.5. A escolha das vagas será feita na seguinte ordem:
- Vagas reservadas à Pessoa com Deficiência – PcD, para provimento por remoção;
 - Vagas para provimento por remoção;
 - Vagas reservadas à Pessoa com Deficiência – PcD, para provimento por ingresso;
 - Vagas para provimento por ingresso.
- 15.5.1. As serventias enquadradas no item “15.5.a.” que permanecerem vagas por renúncia, desistência ou inexistência de candidato(s) serão revertidas para “Vagas para provimento por remoção”.
- 15.5.2. As serventias enquadradas no item “15.5.b.” ou “15.5.c” que permanecerem vagas por renúncia, desistência ou inexistência de candidato(s) serão revertidas para “Vagas para provimento por ingresso”.
- 15.5.3. Finda a escolha prevista no item 15.5.d e tendo sobrado serventias a serem preenchidas, serão as mesmas revertidas para o critério provimento por remoção, sendo oportunizado aos candidatos aprovados para provimento por remoção, que não tenham feito escolha da serventia, a possibilidade de escolha entre as serventias revertidas de provimento por ingresso para provimento por remoção.
- 15.6. A vaga revertida ao provimento por ingresso, pela aplicação do item 14.5.2 não será computada para efeito de proporcionalidade a que se refere o art. 16 da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994.
- 15.7. Finda a primeira audiência pública e encerrados os prazos legais de investidura e exercício nas delegações outorgadas, permanecendo, ainda, serventias extrajudiciais vagas, constantes do edital do concurso, por desistência, renúncia ou outro motivo, deverão estas ser incluídas em nova sessão pública de escolha, limitada ao número de duas, após a realização da primeira.
- 15.7.1. Os candidatos convocados na segunda e terceira audiência pública, que estejam em efetivo exercício nas serventias escolhidas serão cientificados que a nova escolha de serventia será irretroatável, e, portanto, que a serventia que ocupavam será automática e imediatamente disponibilizada para reescolha aos candidatos subseqüentes, na mesma sessão.
- 15.7.2. Os candidatos que realizarem a escolha de serventia na segunda e terceira audiência poderão optar pelas serventias que não estavam disponíveis para sua escolha na oportunidade anterior, conforme o caso, uma vez que a escolha é irretroatável.
- 15.8. O candidato classificado para vagas reservadas à Pessoa com Deficiência - PcD poderá declinar a escolha para este grupo, optando pela escolha, na ordem de sua classificação para vagas não reservadas.
- 15.8.1. O candidato que fizer a escolha de vaga a partir de sua classificação para vagas reservadas à Pessoa com Deficiência – PcD restará automaticamente eliminado da escolha e da classificação para vagas não reservadas.

16. DO FORO JUDICIAL

- 16.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público de que trata este Edital é o da cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, sede do Tribunal de Justiça.

17. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 17.1. Fica delegada competência ao IESES para:
- receber as inscrições preliminares e efetuar controle das taxas de inscrição destas inscrições preliminares, creditadas em conta específica do Tribunal;
 - deferir e indeferir os pedidos de isenção da taxa de inscrição;
 - deferir e indeferir as inscrições preliminares;
 - deferir e indeferir, preliminarmente, as inscrições para concorrer a vagas reservadas a Pessoas com Deficiência – PcD;
 - convocar os candidatos com pedido deferido para concorrer a vagas reservadas a Pessoas com Deficiência – PcD, para se submeterem a exame médico oficial;
 - deferir e indeferir os pedidos de condições especiais de prova;
 - emitir os documentos de confirmação de inscrições;
 - elaborar, aplicar, julgar e avaliar as provas objetiva de seleção, discursiva – escrita e prática, oral e de títulos;
 - convocar os candidatos para a prova discursiva – escrita e prática, prova oral e de títulos;
 - julgar os pedidos de revisão previstos no item “14.1 deste Edital; e,
 - prestar informações sobre o concurso.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. O Concurso Público deverá observar o disposto no Regulamento e Resoluções mencionados neste Edital, independentemente de sua transcrição.
- 18.2. Os editais previstos serão publicados no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão e disponibilizados através da internet, nos endereços indicados no item 3.4.1
- 18.3. O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e/ou o IESES não fornecerão exemplares/cópias de questões de provas a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público, exceto na forma e nos períodos indicados neste Edital.
- 18.3.1. O disposto no item 18.3 também se aplica em relação a concursos anteriormente realizados.
- 18.4. Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação, pedido, requerimento, etc. previstos neste Edital, sendo vedado o envio destes, de mais de um candidato, no mesmo envelope.
- 18.4.1. Em decorrência do item anterior (18.4) não serão analisados os documentos encaminhados em desconformidade com tal item.
- 18.5. São declarados inabilitados para efeito de investidura nos cargos de Notário e Registrador, os portadores de doenças que impossibilitem o exercício da função nos termos da legislação vigente.
- 18.6. Será excluído do concurso o candidato que:
- fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata; e,
 - não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "Ficha de Inscrição", o candidato deverá encaminhar documento ao Tribunal de Justiça, fazendo menção expressa que se relaciona ao Concurso Público objeto deste Edital.
- 18.7. Será excluído do concurso, por ato do IESES, o candidato que:
- apresentar-se para qualquer prova após o horário estabelecido ou não se apresentar ao local de provas, seja qual for o motivo alegado;
 - não apresentar documento de identidade que o identifique;
 - tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
 - for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
 - estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (pagers, celulares, etc.);
 - for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
 - ausentar-se da sala de provas, em descumprimento a itens deste Edital e,
 - recusar-se a proceder a autenticação digital de quaisquer documentos relacionados a este concurso, quando solicitado.
- 18.7.1. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização das provas, como justificativa de sua ausência.
- 18.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, bem como dos termos do Regulamento citado, expediente do qual não poderá alegar desconhecimento.
- 18.9. Este edital somente poderá ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias de sua primeira publicação.
- 18.9.1. O requerimento de impugnação a que se refere o item 18.9 deverá ser protocolado no Tribunal de Justiça.
- 18.10. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Concurso Público, serão resolvidos, conjuntamente, pelo IESES e pela Comissão Organizadora do Concurso.

São Luís (MA), 03 de agosto de 2016.

DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Anexo I - SERVENTIAS VAGAS PARA O CONCURSO**CRITÉRIO DE INGRESSO E INDICAÇÃO DE VAGAS RESERVADAS A PcD**

ORDEM	MUNICÍPIO	SERVEN-TIA	DATA DE VACÂNCIA	DATA DA CRIAÇÃO	CRITÉRIO DE INGRESSO	VAGA RESER-VADA A PcD
01	Luís Domingues	ÚNICO	16/1/1990		PROVIMENTO	
02	Afonso Cunha	ÚNICO	10/2/1992		PROVIMENTO	
03	Caxias	3º Ofício	11/4/1994		REMOÇÃO	
04	Porto Rico do Maranhão	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
05	Serrano do Maranhão	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
06	São Raimundo do Doca Bezerra	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	REMOÇÃO	
07	Central do Maranhão	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
08	Paulino Neves	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
09	Santa Filomena do Maranhão	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	REMOÇÃO	
10	Belágua	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
11	Boa Vista do Gurupi	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
12	São Roberto	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	REMOÇÃO	
13	Bernardo do Mearim	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
14	Milagres do Maranhão	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
15	Marajá do Sena	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	REMOÇÃO	
16	Jenipapo dos Vieiras	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
17	Bacurituba	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
18	Sucupira do Riachão	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	REMOÇÃO	
19	Fernando Falcão	ÚNICO	30/11/2000	30/11/2000	PROVIMENTO	
20	Esperantinópolis	2º Ofício	12/6/2003		PROVIMENTO	
21	Nova Iorque	ÚNICO	15/10/2009		REMOÇÃO	
22	Chapadinha	1º Ofício	1/8/2011		PROVIMENTO	
23	Colinas	2º Ofício	16/8/2011		PROVIMENTO	

24	Timon	2º Ofício	24/8/2011		REMOÇÃO	
25	Mata Roma	ÚNICO	14/9/2011		PROVIMENTO	
26	Fortaleza dos Nogueiras	ÚNICO	3/10/2011		PROVIMENTO	
27	Caxias	1º Ofício	27/10/2011		REMOÇÃO	
28	São Francisco do Maranhão	ÚNICO	18/11/2011		PROVIMENTO	
29	Santa Luzia	1º Ofício	16/12/2011		PROVIMENTO	
30	Brejo	1º Ofício	26/12/2011	03/01/1816	REMOÇÃO	
31	Barreirinhas	ÚNICO	26/12/2011	04/03/1932	PROVIMENTO	
32	Anapurus	ÚNICO	26/12/2011	03/08/1952	PROVIMENTO	
33	João Lisboa	2º Ofício	30/12/2011		REMOÇÃO	
34	Timbiras	ÚNICO	12/1/2012		PROVIMENTO	
35	Vitória do Mearim	2º Ofício	7/2/2012		PROVIMENTO	
36	Vitória do Mearim	1º Ofício	14/2/2012		REMOÇÃO	
37	Vitorino Freire	1º Ofício	26/6/2012		PROVIMENTO	
38	Davinópolis	ÚNICO	1/7/2012		PROVIMENTO	
39	São Luís	1ª Zona de RCPN	22/4/2013		REMOÇÃO	
40	Zé Doca	2º Ofício	3/6/2013		PROVIMENTO	
41	Tuntum	1º Ofício	20/6/2013		PROVIMENTO	
42	Lago da Pedra	1º Ofício	20/8/2013		REMOÇÃO	
43	Barra do Corda	2º Ofício	13/9/2013	04/10/1870	PROVIMENTO	
44	Peri-Mirim	ÚNICO	13/9/2013	31/01/1899	PROVIMENTO	
45	São Mateus	ÚNICO	13/9/2013	26/11/1961	REMOÇÃO	
46	São Pedro da Água Branca	ÚNICO	16/9/2013		PROVIMENTO	
47	Rosário	2º Ofício	27/9/2013		PROVIMENTO	
48	Água Doce do Maranhão	ÚNICO	30/9/2013		REMOÇÃO	
49	São Luís	1ª Zona de Registro de Imóveis	11/11/2013		PROVIMENTO	
50	Sítio Novo	ÚNICO	29/11/2013		PROVIMENTO	

51	Cantanhede	ÚNICO	10/12/2013	05/11/1991	REMOÇÃO	
52	Nova Olinda do Maranhão	ÚNICO	10/12/2013	10/11/1994	PROVIMENTO	
53	Pindaré-Mirim	1º Ofício	9/4/2014		PROVIMENTO	
54	Coroatá	3º Ofício	23/4/2014		REMOÇÃO	
55	Buriticupu	ÚNICO	28/5/2014		PROVIMENTO	
56	Presidente Médici	ÚNICO	9/6/2014		PROVIMENTO	
57	Arari	2º Ofício	13/6/2014		REMOÇÃO	
58	Imperatriz	7º Ofício	6/11/2014		PROVIMENTO	
59	Centro do Guilherme	ÚNICO	13/4/2015	10/11/1994	PROVIMENTO	
60	Apicum-açu	ÚNICO	13/4/2015	10/11/1994	REMOÇÃO	
61	Anajatuba	ÚNICO	22/5/2015		PROVIMENTO	
62	Nina Rodrigues	ÚNICO	24/5/2015		PROVIMENTO	
63	Lima Campos	ÚNICO	1/6/2015		REMOÇÃO	
64	Olho D'Água das Cunhãs	ÚNICO	2/6/2015	17/09/1949	PROVIMENTO	
65	Arari	1º Ofício	2/6/2015	31/08/1962	PROVIMENTO	
66	Icatu	ÚNICO	17/6/2015		REMOÇÃO	
67	Lago da Pedra	2º Ofício	22/6/2015		PROVIMENTO	
68	Morros	ÚNICO	23/6/2015		PROVIMENTO	
69	Santa Inês	1º Ofício	20/7/2015		REMOÇÃO	
70	São João do Sóter	ÚNICO	21/7/2015		PROVIMENTO	
71	Colinas	1º Ofício	23/7/2015		PROVIMENTO	
72	Maracaçumé	ÚNICO	24/7/2015		REMOÇÃO	
73	Barão de Grajaú	2º Ofício	15/9/2015		PROVIMENTO	
74	Pindaré-Mirim	2º Ofício	1/10/2015		PROVIMENTO	
75	Pastos Bons	2º Ofício	13/10/2015	29/04/1835	REMOÇÃO	
76	Cajari	ÚNICO	13/10/2015	05/02/1949	PROVIMENTO	
77	Bacabal	3º Ofício	13/10/2015	02/01/1980	PROVIMENTO	

78	Cedral	ÚNICO	13/10/2015	17/12/1991	REMOÇÃO	
79	São João do Carú	ÚNICO	13/10/2015	10/11/1994	PROVIMENTO	
80	Senador Alexandre Costa	ÚNICO	13/10/2015	10/11/1994	PROVIMENTO	
81	Santo Amaro do Maranhão	ÚNICO	13/10/2015	10/11/1994	REMOÇÃO	
82	Tufilândia	ÚNICO	13/10/2015	10/11/1994	PROVIMENTO	
83	Presidente Dutra	1º Ofício	26/10/2015		PROVIMENTO	
84	São Luís	3º Tabelionato de Notas	25/11/2015		REMOÇÃO	
85	Santa Quitéria	ÚNICO	2/12/2015		PROVIMENTO	
86	Timon	3º Ofício	3/12/2015		PROVIMENTO	
87	Santa Inês	3º Ofício	7/1/2016		REMOÇÃO	
88	Governador Acher	ÚNICO	6/3/2016		PROVIMENTO	
89	São Luís	4º Tabelionato de Notas	26/4/2016		PROVIMENTO	
90	São Luís	4ª Zona de Registro de Imóveis	25/5/2016	25/05/2016	REMOÇÃO	
91	São Luís	3ª Zona de Registro de Imóveis	25/5/2016	25/05/2016	PROVIMENTO	

Anexo I - SERVENTIAS VAGAS PARA O CONCURSO

ATRIBUIÇÕES, OBSERVAÇÕES E AÇÕES EM ANDAMENTO

ORDEM	MUNICÍPIO	SERVEN-TIA	ATRIBUIÇÕES	OBSERVAÇÕES	AÇÕES EM ANDAMENTO
01	Luís Domingues	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de aposentadoria do titular	
02	Afonso Cunha	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	
03	Caxias	3º Ofício	Art. 189 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 88/2005	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	<i>SUB JUDICE em decorrência do Processo Judicial 2243-83.2014.8.10.002 9 – Pedido de Estabilidade Funcional de DELFINA DO CARMO TEIXEIRA ABREU Processo Administrativo nº 19397/2016 – Pedido de reorganização das atribuições do 3º Ofício Extrajudicial de Bacabal.</i>
04	Porto Rico do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada	
05	Serrano do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada	
06	São Raimundo do Doca Bezerra	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada	
07	Central do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada	
08	Paulino Neves	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada	

09	Santa Filomena do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
10	Belágua	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
11	Boa Vista do Gurupi	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
12	São Roberto	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
13	Bernardo do Mearim	ÚNICO	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
14	Milagres do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
15	Marajá do Sena	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
16	Jenipapo dos Vieiras	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
17	Bacurituba	ÚNICO	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
18	Sucupira do Riachão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
19	Fernando Falcão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011. Não instalada
20	Esperantinópolis	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011

21	Nova Iorque	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	
22	Chapadinha	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente da Remoção do titular	
23	Colinas	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
24	Timon	2º Ofício	Art. 190 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 74/2004	Vacância decorrente de renúncia do titular.	Processo Administrativo nº 4606/2016 – Pedido de desacumulação das atividades de Notas.
25	Mata Roma	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
26	Fortaleza dos Nogueiras	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
27	Caxias	1º Ofício	Art. 189 da Lei Complementar nº 14/91	Remanescente do Concurso Público Edital 001/2011	Processo Administrativo N.º 412942015(Apenso nº 36.928/2015) - Aurino da Rocha Luz requereu a delegação da serventia em razão do que consta no processo judicial 56.354/2014 (Apelação Cível)
28	São Francisco do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia da titular.	
29	Santa Luzia	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular.	

30	Brejo	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular	
31	Barreirinhas	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de perda de delegação do titular.	
32	Anapurus	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente da perda da delegação.	
33	João Lisboa	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
34	Timbiras	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de Perda da Delegação.	
35	Vitória do Mearim	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
36	Vitória do Mearim	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
37	Vitorino Freire	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de falecimento do titular.	
38	Davinópolis	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
39	São Luís	1ª Zona de RCPN	Art. 187 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente da incapacidade civil da titular.	
40	Zé Doca	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular .	

41	Tuntum	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de remoção do titular para o 2º Tabelionato de Protestos de São Luís- Concurso 2011	
42	Lago da Pedra	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
43	Barra do Corda	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
44	Peri-Mirim	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
45	São Mateus	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
46	São Pedro da Água Branca	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
47	Rosário	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular.	
48	Água Doce do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
49	São Luís	1ª Zona de Registro de Imóveis	Art. 187 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de falecimento do titular	
50	Sítio Novo	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
51	Cantanhede	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	

52	Nova Olinda do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
53	Pindaré-Mirim	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular	
54	Coroatá	3º Ofício	Art. 190 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 74/2004	Vacância decorrente de renúncia do titular	Processo Administrativo nº 4606/2016 – Pedido de desacumulação das atividades de Notas.
55	Buritcupu	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular.	SUB JUDICE- Em decorrência do Processo Judicial n.º 001405-62.2016.8.10.000 0e consoante Decisões Administrativas proferidas nos autos do Processos 7836/2016 e 22873/2016.
56	Presidente Médici	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
57	Arari	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular	
58	Imperatriz	7º Ofício	Art. 188 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de falecimento do titular.	
59	Centro do Guilherme	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular realizada na 2ª Audiência Pública de Escolha de Serventias – Concurso 2011	

60	Apicum-açu	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular realizada na 2ª Audiência Pública de Escolha de Serventias – Concurso 2011	
61	Anajatuba	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
62	Nina Rodrigues	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
63	Lima Campos	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
64	Olho D'Água das Cunhãs	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
65	Arari	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de falecimento do titular	
66	Icatu	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
67	Lago da Pedra	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular	
68	Morros	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
69	Santa Inês	1º Ofício	Art. 190 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 74/2004	Vacância decorrente de renúncia do titular	Processo Administrativo nº 4606/2016 – Pedido de desacumulação das atividades de Notas.
70	São João do Sóter	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	

71	Colinas	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular	Processo Administrativo N.º 354992015 (Apenso 45851/2015) - BENITO PEREIRA DA SILVA FILHO Requereu a delegação da serventia em razão do que consta no processo judicial 0422664-7 (RMS -STJ)
72	Maracaçumé	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
73	Barão de Grajaú	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de perda de delegação do titular	1- Processo Administrativo 23979/2011 – Declarada a perda da delegação do titular anterior. Interposto Pedido de Revisão nº 26449/2016, pendente de julgamento 2- Processo Administrativo 533782015 - Solicitando a anexação do 2º Ofício Extrajudicial ao 1º Ofício Extrajudicial
74	Pindaré-Mirim	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular	
75	Pastos Bons	2º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular realizada na 3ª Audiência Pública de Escolha de Serventias – Concurso 2011	

76	Cajari	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular realizada na 3ª Audiência Pública de Escolha de Serventias – Concurso 2011	
77	Bacabal	3º Ofício	Art. 189 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	Processo Administrativo nº 19397/2016 – Pedido de reorganização das atribuições do 3º Ofício Extrajudicial de Bacabal
78	Cedral	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular realizada na 3ª Audiência Pública de Escolha de Serventias – Concurso 2011	
79	São João do Carú	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular realizada na 3ª Audiência Pública de Escolha de Serventias – Concurso 2011	
80	Senador Alexandre Costa	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular realizada na 3ª Audiência Pública de Escolha de Serventias – Concurso 2011	
81	Santo Amaro do Maranhão	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
82	Tufilândia	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/92	Vacância decorrente de renúncia do titular	
83	Presidente Dutra	1º Ofício	Art. 191 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Vacância decorrente de renúncia do titular	

84	São Luís	3º Tabelionato de Notas	Art. 187 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
85	Santa Quitéria	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	
86	Timon	3º Ofício	Art. 190 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 74/2004	Vacância decorrente de renúncia do titular	Processo Administrativo nº 4606/2016 – Pedido de desacumulação das atividades de Notas.
87	Santa Inês	3º Ofício	Art. 190 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 74/2004	Vacância decorrente de renúncia do titular	Processo Administrativo nº 4606/2016 – Pedido de desacumulação das atividades de Notas.
88	Governador Acher	ÚNICO	Art. 192 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de renúncia do titular	Vacância posterior a divulgação da 1ª lista
89	São Luís	4º Tabelionato de Notas	Art. 187 da Lei Complementar nº 14/91	Vacância decorrente de falecimento do titular.	Vacância posterior a divulgação da 1ª lista
90	São Luís	4ª Zona de Registro de Imóveis	Art. 187 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Criado pela Lei Complementar 182/2016 de 25/05/2016	Incluída na lista de vacância após publicação da Lei Complementar 182/2016, publicada em 25/05/2016
91	São Luís	3ª Zona de Registro de Imóveis	Art. 187 da Lei Complementar nº 14/91, alterada pela Lei Complementar nº 182/2016	Criado pela Lei Complementar 182/2016 de 25/05/2016	Incluída na lista de vacância após publicação da Lei Complementar 182/2016, publicada em 25/05/2016

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

INFORMAÇÕES DO CANDIDATO

Nome:

RG:

CPF:

Endereço completo:

CEP:

Cidade:

Estado:

E-mail (endereço para correio eletrônico):

Número da Ficha de Inscrição (Boleto):

Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico:

Composição Familiar

Devem ser informados os dados de todas as pessoas que residem no mesmo endereço que o candidato: (obrigatoriamente esposa e filhos dependentes do Imposto de Renda)

Nome	CPF	Parentesco	Salário / Renda mensal

Declaro, sob as penas da lei e para efeito de concessão de isenção de pagamento de taxa de inscrição no Concurso Edital 001/2016, para outorga de delegações de notas e de registro no Estado do Maranhão, que atendo às condições estabelecidas pelo item II do Art. 4º do Decreto Federal 6.135, de 26.06.2007 e aos demais requisitos estabelecidos no referido Edital.

_____, _____/_____/2016.

(Local) (data)

(Assinatura)

Observações:

1. Não esquecer de juntar cópia do boleto bancário.
2. Leia com atenção o item 3.5 e seus sub-itens, não deixe de atender a estes dispositivos.

ANEXO III – MODELO / FORMULÁRIO PARA REQUERER CONDIÇÃO ESPECIAL DE PROVA

NOME DO CANDIDATO –

CPF DO CANDIDATO –

O candidato acima qualificado, candidato do Concurso Público para provimento por ingresso e/ou remoção de Delegação de Notas e de Registros - Edital 001/2016 do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, vem requerer condição especial para realização das provas, conforme o respectivo item abaixo que assinala:

- Condição Física – Sala de fácil acesso (rampa ou elevador)
- Condição Física – Carteira de fácil acesso e/ou com maior espaço ao seu redor
- Condição de Lactante – Sala especial para amamentação
- Condição Visual – Prova ampliada (fonte 24)
- Condição Visual – Prova em braile
- Tempo Adicional com justificativa por especialista na área de deficiência

Data e assinatura

Observações:

1. Não esquecer de juntar cópia do boleto bancário, seu pagamento ou indicação de isenção.
2. Leia com atenção os itens 6.2 e 6.3 e seus sub-itens, não deixe de atender a estes dispositivos.
3. Este requerimento não tem qualquer relação com o requerimento destinado a concorrer a vagas reservadas a Pessoas Portadoras de Deficiência.

ANEXO IV – PROGRAMAS E PROVAS**ATENÇÃO:**

DEVEM SER CONSIDERADAS AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO OCORRIDAS ATÉ 30 DE JUNHO DE 2016.

1. PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO**Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário**

Constituição: histórico do constitucionalismo; conceito. Poder Constituinte. Controle de constitucionalidade: conceito e formas; o controle no direito brasileiro. Princípios fundamentais da República Brasileira. Direitos e garantias fundamentais. Direitos sociais e direito de nacionalidade. Organização do Estado. Administração pública. Organização dos poderes. Ordem econômica e financeira. Sistema Tributário. Ordem social. Seguridade Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Índios. Regime jurídico dos serviços notariais e de registro e das serventias do foro judicial. Princípios constitucionais de Direito Administrativo. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Serviço Público. Serviços Delegados. Servidores Públicos. Atos Administrativos. O Contrato Administrativo. Licitações. Concessões e Permissões de Serviço Público. O Poder de Polícia. Infrações e Sanções Administrativas. Intervenção do Estado na Propriedade. A prescrição no Direito Administrativo. Tributo: definição, espécies e classificações doutrinárias. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição constitucional de receitas tributárias. Competência tributária. Obrigação tributária. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Administração Tributária. Impostos previstos na Constituição Federal. O Simples Nacional. Código Tributário Estadual.

Direito Civil e Direito Comercial

Lei de Introdução ao Código Civil. Pessoas naturais e jurídicas. Personalidade e capacidade. Domicílio. Bens em geral. Bens imóveis e móveis. Bens públicos e particulares. Bem de família. Atos, fatos e negócios jurídicos: modalidades, forma, defeitos e nulidades. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Casamento: formalidades, impedimentos, celebração, prova, efeitos, nulidades, regimes de bens e término da sociedade conjugal. União estável. Relações de parentesco: filiação, adoção, pátrio poder e alimentos. Tutela, curatela e ausência. Coisas: princípios, posse, propriedade, usufruto, servidão, enfiteuse, penhor, hipoteca e caução. Alienação fiduciária em garantia. Condomínios e incorporações. Novas formas de propriedade condominial. Parcelamento do solo. Obrigações: modalidades e efeitos, cláusula penal. Transferência das obrigações. Responsabilidade civil: culpa, dano, nexo de causalidade e excludentes. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade dos notários e registradores. Contratos: princípios, requisitos, formação, interpretação, classificação e extinção. Contratos preliminares. Compra e venda, compromisso de compra e venda, troca, doação, locação de coisas e serviços, comodato, mútuo, depósito, mandato, sociedade e parceria rural, seguro e fiança. Sucessões: generalidades, transmissão da herança, aceitação e renúncia, herança jacente. Sucessão legítima e testamentária. Formas de testamento e sua revogação. Legados. Herdeiros necessários. Inventário e partilha. Bens sonegados. Colações. Pagamento das dívidas. Alterações legislativas do Código Civil. Direito do Consumidor. Código de Defesa do Consumidor. Leis Especiais: Leis nº 6.515/77, nº 8.009/90, nº 8.069/90, nº 6.766/79, nº 9.636/98, nº 9.514/97, nº 6.969/81 e Decretos-Lei nº 911/69 e nº 58/37. Empresa e empresário. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Propriedade Industrial. Direito Societário. Contratos Mercantis. Títulos de crédito. Recuperação Judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (Lei nº 11.101/05). Arbitragem (Lei 9307/96)

Direito Processual Civil

Fontes constitucionais do Processo Civil. Princípios do novo processo civil. Atos processuais: forma, tempo, prazos, comunicação e nulidades. Jurisdição, e Competência Processo: formação, suspensão e extinção (noções gerais). Prova: oral, documental e pericial. Sentença: requisitos e efeitos. Recursos: normas gerais, apelação, agravo de instrumento, embargos declaratórios, recursos especial e extraordinário (noções gerais). Processo de execução: título executivo, liquidação de sentença e embargos de devedor. Teoria geral do processo cautelar. Medidas cautelares. Procedimentos especiais. Lei nº 11.441/2007. Mediação (Lei 13.140/15).

Direito Penal e Direito Processual Penal

Aplicação da lei penal. Crime. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Penas. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Crimes contra o patrimônio, a propriedade imaterial, a família, a fé pública, a administração pública. Abuso de autoridade. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo. Crimes contra a ordem tributária. Crimes contra os sistemas previdenciários e de seguros privados. Contravenções penais. Crimes e contravenções previstos nas Leis nº 9.279/96, nº 8.069/90, nº 8.429/92 e nº 9.099/95 e Lei de Execução Penal. Aplicação e interpretação da lei processual penal. Inquérito

policial. Ação penal. Medidas assecuratórias. Procedimentos ordinário e sumário. Noções Gerais. Prisão. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Juizado Especial Criminal (Lei nº 9.099/95). Crimes praticados na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial.

Direito Notarial e Registral

Lei de Registros Públicos e suas alterações (nº 6.015/73). Lei dos Notarios e Registradores e suas alterações (Lei nº 8.935/94). **Registro de Imóveis:** atribuições; escrituração; processo de registro; pessoas; matrícula; registro. averbação e cancelamento; dúvida; bem de família; remição do imóvel hipotecado; Registro Torrens; sistema de registro; imóveis registráveis; direitos registráveis; terminologia do registro; livros do Registro de Imóveis; títulos judiciais; princípios do Registro de Imóveis: continuidade; especialidade; legalidade; inscrição; presunção e fé pública; prioridade; instância; Sistema Financeiro da Habitação; administração do serviço. **Tabelionato de Notas:** atribuições; escrituração; ordem do serviço; publicidade; conservação; responsabilidade; livros; escritura pública; ata notarial; certidões e traslado; reconhecimento de firmas. **Registro Civil das Pessoas Naturais:** atribuições; escrituração; ordem do serviço; publicidade; conservação; responsabilidade; penalidades; nascimento; casamento; separação e divórcio; óbito; emancipação, interdição e ausência; averbações; anotações; ratificações, restaurações e suprimentos; adoção e o Registro Civil; reconhecimento de filhos; fé pública; administração do serviço; gratuidade do Registro de nascimento e óbito; livros. **Registro Civil de Pessoas Jurídicas:** escrituração; pessoa jurídica; registro de jornais, empresas radiodifusoras e agendas de notícias; livros. **Registros de Títulos e Documentos:** atribuições; escrituração; ordem do serviço; publicidade; conservação; responsabilidade; notificações; cancelamento; princípios aplicáveis ao Registro de Títulos e Documentos; Lei nº 8.934/94; fé pública; administração do serviço; livros. **Tabelionato de Protesto:** protesto; procedimento e formalidades; natureza e finalidade; protesto especial; Lei nº 9.492/97; informações e certidões; cancelamento.

Direito Judiciário

Código de Divisão e Organização judiciárias do Maranhão. Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Lei de Custas e Emolumentos. Previdência Social. -Regulamento, organização e custeio da seguridade social. Contribuições. Aposentadoria. Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Resoluções do Tribunal de Justiça relativas aos serviços judiciais e extrajudiciais. Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário. Selos de Fiscalização. Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça relativos aos Registros Públicos. Fundo Especial do Registro Civil das Pessoas Naturais.

Conhecimentos Gerais

Assuntos políticos, físicos, econômicos, sociais, artísticos e culturais (nacionais e internacionais) divulgados pelos principais meios de comunicação, nos últimos 3 (três) anos.

2. Prova Discursiva – escrita e prática

Devem ser considerados os programas da Prova Objetiva de Seleção.

QUESTÕES TEÓRICAS – 4 (quatro) questões

1 (uma) questão do Programa de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário;

2 (duas) questões do Programa de Direito Civil, Direito Comercial e Direito Processual Civil

1 (uma) questão do Programa de Direito Judiciário

QUESTÃO PRÁTICA – 1 (uma) questão

1 (uma) questão do Programa de Direito Notarial e Registral, a saber:

1 (uma) questão relacionada a Registro de Imóveis e/ou de Registro de Títulos e Documentos e/ou de Tabelionato de Protestos e/ou Tabelionato de Notas e/ou de Registro Civil de Pessoas Naturais e/ou de Registro Civil de Pessoas Jurídicas

QUESTÃO DISSERTATIVA – 1 (uma) questão

1 (uma) dissertação do Programa de Direito Notarial e Registral, a saber:

1 (uma) dissertação relacionada a Registro de Imóveis e/ou de Registro de Títulos e Documentos e/ou de Tabelionato de Protestos e/ou Tabelionato de Notas e/ou de Registro Civil de Pessoas Naturais e/ou de Registro Civil de Pessoas Jurídicas

ANEXO V – MODELO/FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS PARA DELEGAÇÃO DE OUTORGA

I. Folha Inicial – Capa – Numerada com o número 1.

ESTADO DO MARANHÃO

PODER JUDICIÁRIO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2016

DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES

CONCURSO DE PROVIMENTO POR INGRESSO (OU CONCURSO DE PROVIMENTO POR REMOÇÃO)

(Atenção - o candidato inscrito para as duas modalidades de provimento deverá entregar dois conjuntos, já que os mesmos tem avaliação distinta)

Nome do Candidato -

CPF do Candidato -

II. Folhas subsequentes:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS

	CONTEÚDO	Folha Inicial	Folha Final
	Capa, com identificação do concurso, da modalidade de ingresso e do candidato, conforme modelo 1	1	1
	Requerimento de inscrição definitiva assinado pelo candidato ou procurador (não há modelo prévio)	2	2
	Procuração com poderes especiais para entrega da documentação, se assinado o requerimento ou efetuada a entrega por procurador	3	3
	Relação de Documentos Apresentados	4	...
	Documento(s) apresentados relativos ao item 9.1 (ingresso por provimento) ou 9.2 (ingresso por remoção)		
	Documento(s) apresentados relativos ao item 9.3		
	<i>Curriculum vitae</i> , consignando os lugares de residência desde os 18 (dezoito) anos de idade e com indicação das funções, atividades e cargos exercidos, públicos e privados, remunerados ou não, mencionando o(s) tempo(s) de serviços.		
	Seguem-se os demais documentos relacionados no item 9.3		

Observações:

1. As folhas devem ser numeradas sequencialmente.
2. Separar cada item com folha em branco, apenas com o título do documento que segue.
3. Todos os documentos pertinentes à cada modalidade de ingresso devem ser entregues em um único conjunto.

III. Folha Final – Contra-Capa – Numerada com o número sequencial subsequente à última página dos documentos apresentados.

Este conjunto contém () folhas, inclusive com esta, devidamente numeradas.

Data e assinatura.

ANEXO VI – MODELO/FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAR DOCUMENTOS DA PROVA DE TÍTULOS

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2016

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS À PROVA DE TÍTULOS

	CONTEÚDO	Folha Inicial	Folha Final
	Capa, com identificação do concurso, da(s) modalidade(s) de ingresso e do candidato	1	1
	Relação de Documentos Apresentados	2	3
I.1	Exercício da advocacia, por um mínimo de 3 (três) anos até a data da primeira publicação do Edital do concurso (separar as comprovações de cada um dos 3 anos de comprovação)		
I.2	Exercício de delegação, privativa de Bacharel em Direito, por um mínimo de 3 (três) anos até a data da primeira publicação do Edital do concurso		
I.3	Exercício cargo, emprego ou função pública privativa de Bacharel em Direito, por um mínimo de 3 (três) anos até a data da primeira publicação do Edital do concurso		
II	Exercício de serviço notarial ou de registro, por não bacharel em direito, por um mínimo de 10 (dez) anos até a data da publicação do primeiro Edital do concurso		
III.a	Exercício de Magistério Superior na área jurídica, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, mediante admissão no corpo docente por concurso ou processo seletivo público de provas e/ou títulos		
III.b	Exercício de Magistério Superior na área jurídica, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, mediante admissão no corpo docente sem concurso ou processo seletivo público de provas e/ou títulos		
IV.a	Diplomas em Cursos de Pós-Graduação - doutorado reconhecido ou revalidado: em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas		
IV.b	Diplomas em Cursos de Pós-Graduação - mestrado reconhecido ou revalidado: em Direito ou em Ciências Sociais ou Humanas		
IV.c	Diplomas em Cursos de Pós-Graduação - especialização em Direito, na forma da legislação educacional em vigor, com carga horária mínima de trezentos e sessenta (360) horas-aula, cuja avaliação haja considerado monografia de final de curso		
V	Exercício, no mínimo durante 1 (um) ano, por ao menos 16 (dezesesseis) horas mensais, das atribuições de conciliador voluntário em unidades judiciárias, ou na prestação de assistência jurídica voluntária		
VI	Período igual a 3 (três) eleições, contado uma só vez, de serviço prestado, em qualquer condição, à Justiça Eleitoral		
VII	Exercício na função de jurado		
	Contracapa, com indicação do número total de folhas e devidamente assinada.		

Observações:

1. As folhas devem ser numeradas sequencialmente.
2. Separar cada item com folha em branco, apenas com o título do documento que segue (no caso de comprovação do item I.1 separar os documentos por ano de atividade)
3. Preencher com "X" a célula de "Folha Inicial" e "Folha Final" que corresponder a item não entregue